

Capacita **SAGI**



CURSO EM CONCEITOS E
INSTRUMENTOS PARA
A **AVALIAÇÃO** DE
PROGRAMAS

CADERNO DE ESTUDOS
CURSO EM CONCEITOS E
INSTRUMENTOS PARA A
AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS
BRASÍLIA | BRASIL | 2016

EXPEDIENTE

Presidenta da República Federativa do Brasil | Dilma Rousseff

Vice-Presidente da República Federativa do Brasil | Michel Temer

Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome | Tereza Campello

Secretário Executivo | Marcelo Cardona

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação | Paulo Jannuzzi

Secretária Nacional de Assistência Social | Ieda Castro

Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional | Arnaldo Anacleto de Campos

Secretário Nacional de Renda de Cidadania | Tiago Falcão

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Secretária Adjunta | Paula Montagner

Diretor de Monitoramento | Marconi Fernandes de Sousa

Diretor de Gestão da Informação | Caio Nakashima

Diretora de Formação e Disseminação | Patrícia Vilas Boas

Diretora de Avaliação | Alexandre Rodrigues Pinto

Secretaria Nacional de Assistência Social

Secretário Adjunto | José Dirceu Galão Junior

Diretor do Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social | José Ferreira da Cruz

Diretora do Departamento de Benefícios Assistenciais | Maria José de Freitas

Diretora do Departamento de Proteção Social Básica | Léa Lucia Cecílio Braga

Diretora do Departamento de Proteção Social Especial | Telma Maranhão Gomes

Diretora do Departamento da Rede Socioassistencial

Privada do SUAS | Bárbara Pinowska Cardoso

Diretora Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social | Dulcelena Alves Vaz Martins

CONTEÚDO E EXECUÇÃO

Equipe MDS

Coordenação Geral | Patrícia A. F. Vilas Boas, Marcilio Marquesini Ferrari, Maria de Jesus Rezende, Michelle Stephanou.

Conteúdo | Paulo Martino de Jannuzzi

Equipe Técnica | Paulo de Martino Jannuzzi, Alexandre Pinto, Marconi Fernandes de Sousa, Caio Nakashima, Maria Cristina Abreu Martins de Lima, Michelle Stephanou, Thais Kawashima, Renato Monteiro (Consultor), Denise Mafra, Kátia Ozorio, Tatiane de Oliveira Dias, Janine Cardoso Mourão Bastos, Tarcísio da Silva Pinto, Pedro Tomaz, Victor Lima, Marco Antonio Natalino, Luciana Sardinha, Danielle Chalub Martins, Dionara Barbosa, Júlio Cesar G. Fonseca, Carlos Henrique Araujo Santana, Davi Lopes Carvalho.

Equipe CEGOV

Coordenação Geral | Aline Gazola Hellmann

Conteúdo | Marília Patta Ramos e Aline Gazola Hellmann

Equipe Técnica | Aline Gazola Hellmann, Ana Carolina Ribeiro Ribeiro, Ana Julia Bonzanini Bernardi, Bruno Quevedo Sivelli, Gabriela Perin, Gianna Vargas Reis Salgado Dias, Giordano Benites Tronco, Gustavo Conde Margarites, Júlia da Motta, Thiago Borne Ferreira.

Capa | Tarcísio da Silva Pinto

Projeto gráfico | Joana Oliveira de Oliveira

Diagramação | Joana Oliveira de Oliveira, Liza Bastos Bischoff, Luiza Victoria Allgayer, Henrique Pigozzo da Silva, Gabriel Thier.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Caderno de estudos do Curso em Conceitos e Instrumentos para a Avaliação de Programas. -- Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social; Centro de Estudos Internacionais sobre o Governo, 2016.

94 p. ; 30 cm.

ISBN: 978-85-60700-93-6

1. Assistência social, Brasil. 2. Política social, Brasil. 3. Políticas públicas, Brasil. 3. Programas sociais. 4. Avaliação. I. Sistema Único de Assistência Social.

CDU 304(81)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Tatiane de Oliveira Dias CRB 2230.

© 2016 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Todos os direitos reservados.

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI)

Bloco A | 3º andar | Sala 307 | CEP 70046-900 | Brasília | DF

Telefone: (61) 2030-1770

www.mds.gov.br

CENTRAL DE RELACIONAMENTO DO MDS: 0800 707 2003

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV)

Campus do Vale, prédio 43322

Av. Bento Gonçalves, 9500

CEP: 91.509-900 – Porto Alegre – RS

Fone: (51) 3308-9860

www.ufrgs.br/cegov

SUMÁRIO



APRESENTAÇÃO	05
INTRODUÇÃO	07



INTRODUÇÃO À PESQUISA DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS	09
--	----



DELINEAMENTO DE UMA PESQUISA DE AVALIAÇÃO	31
--	----



MÉTODOS E TÉCNICAS PARA COLETA DE DADOS	49
--	----



ANÁLISE, APRESENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DOS RESULTADOS	65
--	----

APRESENTAÇÃO

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), criado em 2004, executa de forma integrada as políticas de desenvolvimento social em âmbito federal. Atualmente, uma das prioridades do Ministério é o Plano Brasil sem Miséria (BSM), cujos objetivos são: promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre, desenvolvendo ações para elevar a renda familiar per capita; ampliar o acesso aos serviços públicos, as ações de cidadania e de bem-estar social; ampliar o acesso as oportunidades de ocupação e renda através de ações de inclusão produtiva nos meios urbano e rural.

O cumprimento desses objetivos depende da capacidade da pactuação e do alinhamento das diretrizes do Governo Federal com os estados e os municípios. Além disso, é necessário capacitar os profissionais que trabalham diretamente com as políticas sociais, construindo habilidades para o uso de ferramentas de formulação, implementação e coordenação de ações de diagnóstico, monitoramento e avaliação das políticas e programas.

É nesse contexto que a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI-MDS), em cooperação com o Centro de Estudos Internacionais sobre Governo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEGOV/UFRGS), lança o Ciclo de Capacitação em Conceitos e Técnicas para Elaboração de Diagnósticos, Monitoramento e Avaliação de Programas e Ações do MDS, direcionado a gestores e técnicos das secretarias estaduais e municipais de assistência social ou congêneres.

Especificamente, o Ciclo objetiva: desenvolver a capacidade dos participantes em dimensionar e localizar o público prioritário dos programas e ações sociais; fortalecer a transparência, o controle social e a conduta ética, contribuindo para a eficiência, eficácia e efetividade da gestão pública; qualificar os participantes no uso de sistemas de informação e no desenvolvimento de metodologias de avaliação e monitoramento de políticas sociais; contribuir para o desenvolvimento de competências, recursos humanos qualificados e materiais instrucionais em monitoramento e avaliação, visando permitir a oferta periódica e regular de processos formativos relacionados à área.

O Ciclo prevê a oferta de três cursos de extensão em Ensino a Distância:

- C1: Curso Indicadores para Diagnóstico dos Programas do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e do Brasil sem Miséria (BSM) (42h/a)
- C2: Curso em Conceitos e Técnicas para Monitoramento de Programas (32h/a)
- C3: Curso em Conceitos e Técnicas para Avaliação de Programas (32h/a)

Este é o Caderno de Estudos do Curso 3: Avaliação de Programas.

O MDS e a UFRGS desejam a todos um bom curso!





INTRODUÇÃO

Olá!

Neste curso aprenderemos sobre avaliação de programas. O curso tem dois objetivos principais:

1. Introduzir os principais conceitos acerca do tema;
2. Capacitar o gestor para uma leitura qualificada das pesquisas de avaliação feitas pela SAGI.

O curso está organizado da seguinte forma:

aula	título	objetivos instrucionais
	Introdução à pesquisa de avaliação de Programas	Apresentar os principais aspectos acerca da avaliação de programas e situar sua importância no ciclo de políticas públicas.
	Delineamento de uma pesquisa de avaliação	A partir do exemplo de duas pesquisas de avaliação (PRONATEC – BSM e Revisão Cadastral), conhecer os tipos de abordagem e delineamento de pesquisa.
	Métodos e técnicas para coleta de dados	A partir do exemplo de duas pesquisas de avaliação (PRONATEC – BSM e Revisão Cadastral), detalhar os métodos e técnicas qualitativas e quantitativas para a coleta de dados.
	Análise, apresentação e disseminação dos resultados	Apresentar diferentes técnicas para análise de dados, aprender sobre a elaboração de relatórios, formas de disseminação e conhecer as pesquisas de avaliação produzidas pela SAGI.

Para uma melhor compreensão dos temas, nas **aulas 2 e 3** os conteúdos serão apresentados a partir de duas pesquisas principais: o estudo qualitativo com egressos e desistentes, representantes das unidades ofertantes e interlocutores municipais do **PRONATEC - Brasil Sem Miséria (BSM)**, e o estudo sobre o perfil das famílias que sofreram repercussões sobre o benefício do Programa Bolsa-Família em decorrência do processo de **Revisão Cadastral**.

PRONATEC/BSM

Estudo qualitativo com egressos e desistentes, representantes das unidades ofertantes e interlocutores municipais do PRONATEC - BSM

Objetivos

Avaliar a adequação dos cursos ofertados em relação ao perfil dos alunos e à demanda existente nos mercados de trabalho locais.

Método

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa. Realizou-se um estudo em 12 municípios, em três regiões diferentes do país. Para seleção dos participantes, optou-se por municípios de diferentes portes populacionais. Para a coleta de dados, foram utilizadas duas técnicas: entrevista individual e grupo focal. As entrevistas individuais foram realizadas com gestores municipais do PRONATEC. Dos grupos focais, participaram alunos egressos ou desistentes do programa.

Resultados

Os resultados do estudo indicaram que o programa foi extremamente bem avaliado, tanto por alunos quanto por gestores públicos e representantes das unidades ofertantes. As causas de evasão e desistência foram agrupadas em três grandes categorias: 1) As relacionadas ao perfil do aluno; 2) As relacionadas às características da gestão municipal; 3) As relacionadas às características da unidade ofertante.

revisão cadastral

Estudo sobre o perfil das famílias que sofreram repercussões sobre o benefício do Programa Bolsa-Família em decorrência do processo de Revisão Cadastral

Objetivo

Coletar e analisar dados que possibilitassem a configuração do perfil das famílias que não compareceram dentro do prazo previsto para atualizar seus dados do Cadastro Único e a identificação das razões que levaram ao não comparecimento.

Método

A pesquisa adotou uma abordagem quantitativa. Foi realizado um levantamento em 148 municípios. A seleção dos municípios foi feita por sorteio. Para coleta de dados, foram utilizados questionários aplicados em 148 gestores e 5.124 beneficiários que sofreram alguma repercussão em função da não atualização do cadastro.

Resultados

A pesquisa identificou que aspectos como a composição familiar, as características do domicílio, as mudanças na situação sócio-ocupacional e de renda de seus moradores, o acesso a outros programas sociais e serviços públicos, as dificuldades no acesso às informações ajudam na compreensão da não atualização cadastral.

Um ótimo curso a todos!

INTRODUÇÃO À PESQUISA DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS



Olá, gestor e gestora!

Nesta aula você vai aprender sobre os principais aspectos da avaliação de programas a partir de uma série de perguntas.

Boa aula!



OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Nesta aula você vai aprender:

- O que é um programa;
- O que são estudos avaliativos;
- Quais são os objetivos de uma pesquisa de avaliação;
- Quais são os principais tipos de avaliações de programas existentes.



leitura
obrigatória

JANNUZZI, Paulo De M. **Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais**: Revisitando Mitos e Recolocando Premissas para sua Maior Efetividade na Gestão. Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação, nº 5, p. 04-27, 2013.

SUMÁRIO DA AULA 1

• O que é um programa?	10
• O que é pesquisa de avaliação de programa?	14
• Qual a diferença entre monitoramento e avaliação de programa?	16
• Qual o objetivo da pesquisa de avaliação de programa?	17
• A quem se destina uma pesquisa de avaliação de programa?	18
• Como avaliar um programa?	20
a) Critérios de avaliação	20
b) Indicadores	20
c) Constrangimentos	21
• Quais os tipos de avaliação existentes?	22
a) Segundo o agente que avalia	23
b) Segundo a natureza	23
c) Segundo o momento da avaliação	24
d) Segundo o objetivo da avaliação	24
• Tipos de avaliação segundo o momento do ciclo: uma proposta integradora	26



VAITSMAN, Jeni;
PAES-SOUSA,
Rômulo. **Avaliação
de Programas e
Profissionalização
da Gestão Pública.**
Revista Brasileira
de Monitoramento
e Avaliação. n. 1,
2011. Disponível
em: [http://
aplicacoes.mds.
gov.br/sagirmsps/
ferramentas/
TemplateHTML/
PDFs/Artigo_
Revista/Avaliacao_
de_programas_e_
profissionalizacao_
da_gestao_publica.
pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/ferramentas/TemplateHTML/PDFs/Artigo_Revista/Avaliacao_de_programas_e_profissionalizacao_da_gestao_publica.pdf)

O QUE É UM PROGRAMA?

Programas são empreendimentos complexos, que envolvem a contratação de pessoal técnico; disponibilidade de instrumentos; adequação de equipamentos públicos; alocação de recursos monetários; promoção de capacitação, de forma coordenada no tempo e no território (JANNUZZI, 2014). Em relação a uma **política**, por exemplo, o programa tem um grau maior de objetivação e focalização. Nele são definidas população-alvo, equipes técnicas, recursos financeiros, etc. Um **projeto**, por sua vez, é um instrumento para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto final que contribui para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo. Quando essas operações se realizam de modo contínuo ou permanente, são denominadas de **atividades** ou **ações** (GARCIA, 1997).

Dessa forma, podemos definir que:

- **POLÍTICA:** é o estágio onde as propostas de intervenção na realidade ganham forma e estatuto, recebendo tratamentos formais mínimos, ao serem definidos metas, objetivos e recursos. As políticas transformam-se em programas quando é explicitada a estratégia de implementação e, por uma ação de autoridade, são criadas as condições iniciais para sua implementação (SILVA; COSTA, 2002).
- **PLANO:** é o conjunto de programas que buscam objetivos comuns. O plano ordena os objetivos gerais e os desagrega em objetivos específicos, que, por sua vez, serão os objetivos gerais dos programas. O plano organiza as ações programáticas em uma seqüência temporal, de acordo com a racionalidade técnica e as prioridades de atendimento (COHEN; FRANCO, 2004).
- **PROGRAMA:** é um conjunto de atividades organizadas para realização de um objetivo, com cronograma e orçamento específicos. O programa busca reunir as condições necessárias para o alcance das metas estabelecidas.
- **PROJETO:** instrumento para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto final que contribui para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo. Quando essas operações se realizam de modo contínuo ou permanente, são denominadas de ATIVIDADES (GARCIA, 1997).

Confira o exemplo a seguir:

- **Política:** Política Nacional sobre Drogas.
- **Plano:** Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas.

Qual era o problema? Disseminação do crack e outras drogas, com problemas relacionados ao seu consumo e ao tráfico.

Qual era o objetivo? Ampliação e qualificação da rede de prevenção, acolhimento aos usuários de drogas e apoio aos seus familiares nas áreas da saúde, assistência social e nas escolas.

Qual eram as estratégias? Criação de leitos e unidades de atendimento, qualificação de profissionais.

- **Programas:** Programa Crack, É Possível Vencer, Programa de Prevenção do Uso de Drogas na Escola, Programa de Prevenção na Comunidade, Consultórios na Rua.

O quadro 1 sintetiza os principais elementos de um programa:

Quadro 1- Elementos de um programa

(continua)

PROGRAMA		
Instrumento de organização da atuação governamental, que articula um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores, visando a solução de um problema, atendimento de necessidade ou demanda da sociedade, ou aproveitamento de oportunidade.		
Elemento	Descrição	Exemplo fictício
Denominação	O nome deve traduzir os propósitos do programa. Podendo ser um nome fantasia que identifique claramente o programa.	CAPACITANDO EM M&A (outros exemplos: Cisternas; Luz para todos; CapacitaSuas)
Diagnóstico / Justificativa	Descrição sucinta do problema (ou demanda) que o programa tem por objetivo solucionar e sua contribuição esperada para o alcance das diretrizes de governo e/ou dos objetivos setoriais.	A Política Nacional de Assistência Social de 2004 determina a realização de políticas estratégicas de Monitoramento e Avaliação, com o intuito de aferir e aperfeiçoar os projetos existentes e contribuir para seu planejamento futuro. No entanto, há um déficit de capacidade estatal associada à falta de pessoal qualificado para a execução das atividades de M&A. Pretende-se que o programa aumente a capacidade dos municípios em Monitorar e Avaliar a execução dos programas sociais.
Objetivo	Expressa o resultado desejado em relação ao público-alvo descrevendo a sua finalidade, com concisão e precisão, sempre mensurável por um indicador. Expresso sempre por um verbo no infinitivo.	Capacitar 2.430 trabalhadores do SUAS, sendo 1500 em Indicadores, 500 em monitoramento e 430 em avaliação de programas sociais.
Público-Alvo	Segmento da sociedade (pessoas, comunidades, instituições, setores, etc) que possui em comum algum atributo, necessidade ou potencialidade e à qual se pretende atingir diretamente com os resultados esperados pela execução do programa.	243 mil trabalhadores municipais da assistência social, atuantes nos órgãos da assistência social: CRAS, CREAS, Conselhos e secretarias.
Horizonte Temporal	Prazo de execução do programa, podendo ser de natureza contínua ou temporária. Se for de natureza temporária as datas de início e término devem ser especificadas.	Anual
Data de Início	Mês e ano do calendário relativo ao início do programa. Válido para programas de caráter temporário.	mar/12
Data de Término	Mês e ano do calendário relativo ao término do programa. Válido para programas de caráter temporário.	mar/14
Abrangência Espacial	Define a área de atuação do Programa: Estadual, Municipal, Regiões administrativas do Estado; Regiões do país; bairros etc.	Nacional
Tipo	Setorial - Multisetorial	Setorial
Fatores de Risco	Registro das restrições identificadas que podem colocar em risco o sucesso do programa.	1) (falta de) banda larga; 2) ausência de apoio das chefias dos gestores; 3) o gestor não ser liberado para cursar durante o período de trabalho; 4) falta de comprometimento pelo fato do curso ser gratuito;

Quadro 1- Elementos de um programa

(conclusão)

Gerente	Profissional capacitado, designado pelo Secretário de Estado ou dirigente do Órgão, responsável pelo programa, a quem compete, por exemplo, a) participar da elaboração do programa em todas as suas fases, congruentes às diretrizes e objetivos estratégicos de Governo ou órgão; b) estabelecer as diretrizes para o monitoramento e avaliação do programa.	Fulano de Tal
Orçamento	Define a receita e as despesas do programa.	<i>indicação do valor financeiro total disponível para o Capacitando em M&A e dos montantes destinados para o custeio de cada tipo de despesas: recursos humanos, gastos com materiais, contratação de serviços, etc.</i>
Cronograma	Calendário com data e duração de cada etapa do programa.	<i>Contratação da equipe: de 1º a 21 de março. Formulação da Matriz pedagógica: 21 de março a 1º de abril. Elaboração do material didático: 1º de abril a 1º de junho. Divulgação para o público-alvo: 1º de maio a 1º de julho. Etc.</i>

Fonte: elaboração própria com base em São Paulo (2014). Estrutura de Programas e Ações. Manual do Usuário. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Governo do Estado de São Paulo. s/d. Disponível em <http://lua.planejamento.sp.gov.br/doc/manuais/epa/Manual_Aplicativo_LDO_2015.pdf>.

Na Figura 1, evidencia-se a vinculação do programa com a resolução ou mitigação de uma problemática social que afeta determinado público-alvo e seu desdobramento em atividades - serviços - que resultarão em produtos e efeitos para este público, com resultados e impactos sobre a problemática inicial.

Figura 1 - Componentes de um programa



Fonte: Ministério da Saúde (2005).

O programa pode estar baseado em um modelo lógico, que é uma ferramenta que auxilia a compreensão sobre como um programa funciona e quais indicadores podem ser utilizados para conferir se os objetivos estão sendo atingidos. Relembrando os principais elementos do Modelo Lógico (Figura 2):



Para relembrar como se elabora um modelo lógico, reveja o vídeo **Monitoramento: Modelo Lógico**

Disponível em:
https://youtu.be/zXzV3LzS3Ag?list=PL-TowxHmkqeM8m-pEYE-Ys_XzXWBgl-C9R7K

1. Insumos/Recursos (inputs): recursos financeiros, humanos, materiais, tecnológicos e de informação utilizados no programa;

2. Atividades/Processo de Implementação: as ações e o trabalho empregados e através dos quais as entradas (*inputs*), tais como os recursos financeiros, a assistência técnica e outros tipos de recursos, são mobilizados para produzirem resultados específicos;

3. Produtos (outputs): produtos e serviços resultantes diretamente das atividades do programa;

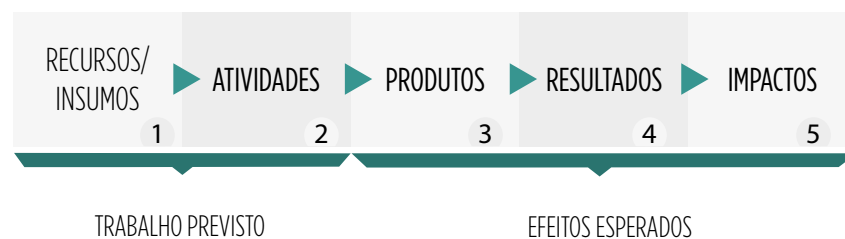
4. Resultados (outcomes): os efeitos de curto e médio prazo advindos dos resultados da intervenção;

5. Impactos: efeitos de longo prazo do contexto econômico, sociocultural, institucional, ambiental, tecnológico e outros, em uma população ou grupo específico, produzidos por um programa, direta ou indiretamente, intencionalmente ou não.



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO.
Almanaque do Planejamento: Para Entender e Participar. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/sof/2012/121107_almanaque_do_planejamento.pdf

Figura 2 - Componentes do Modelo Lógico



Fonte: Ministério da Saúde (2005).

O QUE É PESQUISA DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMA?!

A avaliação de programas tem recebido diferentes definições na literatura especializada, segundo os diversos modelos conceituais, paradigmas teóricos e linhas de pesquisa da Ciência Política, Ciências Sociais, Economia e Administração Pública. Para este curso, utilizaremos uma definição mais pragmática e aplicada, proposta em Jannuzzi (2013), de acordo com a qual a **avaliação refere-se ao conjunto de procedimentos técnicos para produzir informação e conhecimento, em perspectiva interdisciplinar, para desenho ex-ante (prévio), implementação e validação ex-post (posterior) de programas e projetos sociais, por meio das diferentes abordagens metodológicas da pesquisa social, com a finalidade de garantir o cumprimento dos objetivos de programas e projetos (eficácia), seus impactos mais abrangentes em outras dimensões sociais, ou seja, para além dos públicos-alvo atendidos (efetividade) e a custos condizentes com a escala e complexidade da intervenção (eficiência).**

(1) Esta seção reproduz parcialmente o artigo Avaliação de Programas Sociais: Conceitos e Referenciais de Quem a Realiza. Paulo de Martino Jannuzzi. Publicado em Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 25, n. 58, p. 22-42, maio/ago. 2014.



atenção!

Os três principais critérios que são avaliados em programas são: eficiência no uso dos recursos, eficácia no atingimento dos objetivos e efetividade na mudança social proporcionada pelo programa (Draibe, 1999).

Em outras palavras, a avaliação pode ser entendida como um levantamento consistente, sistemático e replicável de dados, informações e conhecimentos para aprimoramento da intervenção programática, versando sobre: as características essenciais do contexto de atuação; os públicos-alvo; o desenho; os arranjos de implementação; os custos de operação; os resultados de curto prazo; os impactos sociais e de mais longo prazo de um programa. Enfim, **avaliação tem o objetivo de produzir evidências, compilar dados e sistematizar informação e conhecimento que contribuam para o aperfeiçoamento de programas e projetos sociais, além da consecução de seus objetivos.**

A definição de avaliação de programas também remete à necessidade de abordagem interdisciplinar na produção de informação e conhecimento sobre os problemas investigados. Pobreza, desigualdade, desempenho escolar e mortalidade infantil são questões sociais determinadas e influenciadas por uma série de dimensões sociais mais amplas e estruturais, assim como de aspectos mais circunscritos e relacionados à falta de efetividade de programas públicos desenhados para o equacionamento das mesmas.

Como foi visto, programas são empreendimentos complexos, que envolvem a contratação de pessoal técnico; disponibilidade de instrumentos; adequação de equipamentos públicos; alocação de recursos monetários; promoção de capacitação, de forma coordenada no tempo e no território. Mapear, pois, as dimensões sociais mais relevantes à formulação de um programa ou os problemas operacionais requer uma equipe de avaliadores com diferentes formações acadêmicas e profissionais.

Identificar o momento adequado de avaliar um programa é um misto de técnica, política e arte: avaliações precoces podem colocar a perder a legitimidade de um programa e projeto que ainda não teve tempo de se estruturar; avaliações tardias podem comprometer recursos e esforços que poderiam ser usados de forma mais eficiente e eficaz na mitigação da problemática social em questão. Se o programa e projeto produzem resultados e impactos, é necessário analisar os custos envolvidos na operacionalização de suas atividades, equipamento e pessoal pois esta é, certamente, uma informação fundamental para avaliar a sustentabilidade dos programas e projetos no futuro e em outros contextos (JANNUZZI, 2014).

Em uma perspectiva metodológica, os esforços de Avaliação podem se estruturar em quatro tipos de produtos (MDS, 2014):

1. Estudos avaliativos – análises com base em dados secundários ou compilação de artigos e trabalhos já realizados anteriormente na temática, com maior ou menor abrangência;
2. Pesquisas de avaliação – levantamentos primários, quali ou quantitativos, desenhados com objetivos de produção de evidências mais específicas necessárias ao aprimoramento da intervenção;
3. Meta-avaliações – recensões (análise crítica) sobre estudos avaliativos, pesquisas e experiências nacionais, subnacionais



JANNUZZI, Paulo de Martino. **Avaliação de Programas Sociais: Conceitos e Referenciais de Quem a Realiza.** Estudos em Avaliação Educacional. São Paulo, v. 25, n. 58, p. 22-42, 2014. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1925/1925.pdf>

e internacionais de programas e projetos implementados;

4. Relatórios-síntese de Avaliação e portais Web com informação mais sumária, na forma de indicadores em geral, para comunicação mais objetiva acerca de aspectos do diagnóstico, implementação e resultados do programa e projetos.

As avaliações realizadas no âmbito do MDS, especificamente, podem ser denominadas **pesquisas de avaliação** pois tratam-se de análises pragmáticas de características essenciais do contexto, públicos-alvo, desenho, implementação, custos de operação, resultados de curto prazo, impactos sociais e de mais longo prazo de um programa. Assim, abrange os insumos acerca do programa que contribuem para seu aperfeiçoamento e a consecução de seus objetivos.

QUAL A DIFERENÇA ENTRE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMA?

Acompanhamento ou **monitoramento** é uma atividade gerencial interna, realizada sistematicamente durante o período de execução e operação, que visa saber como a intervenção evolui ao longo do tempo. Faz uso de dados da gerência do projeto sobre metas iniciais, indicadores e resultados associados aos programas. Por meio do monitoramento, portanto, gestores, pesquisadores ou outros agentes conseguem examinar como a implementação está sendo realizada, se está atingindo seus objetivos e/ou se está enfrentando algum tipo de problema que esteja interferindo nas ações e processos e, por conseguinte, na consecução dos objetivos previstos (FARIA, 2005; CUNHA, 2006). De posse dessas informações, o monitoramento auxilia na recomendação dos ajustes necessários ao plano e às condições operacionais e da correção dos rumos.

Por sua vez, a **avaliação** pode ser realizada antes, durante ou mesmo algum tempo depois da implementação, dependendo do objetivo. Mas, ao contrário do monitoramento, a avaliação não é um processo contínuo. Trata-se de uma atividade pontual que tem a finalidade de subsidiar decisões, apresentar recomendações, prestar contas à sociedade e extrair lições. Em ambos os instrumentos é latente a função de **provisão de informações** sobre um determinado programa ou política governamental em todo o seu ciclo, inclusive o momento inicial de identificação do problema.

O fato é que Monitoramento e Avaliação são processos analíticos organicamente articulados, que se complementam no tempo, com o propósito de subsidiar o gestor público de informações mais sintéticas e tempestivas sobre a operação do programa – resumidas em painéis ou sistemas de indicadores de monitoramento – e informações mais analíticas sobre o funcionamento desse, levantadas nas pesquisas de avaliação. Tal

como “termômetros”, os indicadores de monitoramento podem apontar sinais de “normalidade” ou “febre” em pontos críticos do desenho operacional de programas, orientando técnicos e gestores a tomarem decisões cabíveis de correção, e até mesmo contratarem pesquisas de avaliação – ou “exames clínicos”, na metáfora adotada – para investigar as causas e a persistência da “febre”, isto é, do problema (JANNUZZI, 2014).

QUAL O OBJETIVO DA PESQUISA DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMA?

Pesquisas de avaliação servem para que se tenha um melhor entendimento do programa. Trata-se de atividade **estratégica** que propicia a **compreensão das políticas e do Estado em ação**, visando o seu **aprimoramento** (DRAIBE, 1997), beneficiando o Estado (seus gestores e técnicos), o usuário, os pesquisadores e, é claro, a sociedade em geral.

Nesse sentido, uma pesquisa de avaliação não substitui o processo de tomada de decisão política, mas permite que as decisões sejam tomadas de maneira mais consciente, de posse de informações mais atualizadas, confiáveis e úteis.


Algumas das **questões** que as avaliações respondem são:

- Em que medida os objetivos propostos foram alcançados?
- Como o programa funciona?
- O que pensam os beneficiários e os gestores sobre o programa?
- Quais os motivos que levam ou levaram a atingir ou não os resultados?

É possível caracterizar **os principais objetivos da pesquisa de avaliação** como sendo:

- a melhoria do processo de tomada de decisão,
- a alocação apropriada de recursos e
- o aumento da responsabilidade das ações públicas (transparência na gestão)

Programas são avaliados basicamente porque decisões tem que ser tomadas. Hipóteses e teses ajudam a sistematizar as motivações para realização de uma avaliação, como, por exemplo:



Para compreender melhor as diferenças entre Monitoramento e Avaliação, faça o exercício *Monitoramento x Avaliação* disponível na página da Aula 1, no Moodle.

Quadro 2 - Sistematização de questões de avaliação de acordo com o seu objetivo

Queremos mostrar	Queremos saber (perguntas avaliativas)
Que o público-alvo está sendo atendido.	O público-alvo está sendo atendido?
Que os beneficiários estão satisfeitos com o programa.	Os beneficiários estão satisfeitos com o programa?
Que o programa está impactando positivamente em algum problema social.	O programa fez alguma diferença real?
Que o programa vale a pena.	O programa merece todo o recurso investido?
Que um programa ou tipo de abordagem de um problema é melhor que outro.	A nova intervenção é melhor que a antiga?
Que o programa precisa de mais recursos humanos ou financeiros.	Como melhorar o programa?
Que os recursos humanos estão sendo bem utilizados.	Os recursos humanos fazem uso eficiente do seu tempo no trabalho?

Fonte: elaboração própria.

A QUEM SE DESTINA UMA PESQUISA DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMA?

De acordo com Faria (2005) os usuários potenciais da pesquisa avaliativa podem ser:

- os financiadores do programa (e da própria avaliação),
- os gerentes e encarregados de mais alto escalão,
- os técnicos e profissionais que lidam de maneira mais direta com os beneficiários, ou seja, os agentes encarregados da implementação,
- os beneficiários,
- os gerentes de programas similares e/ou de diferentes níveis governamentais, preocupados em melhorar programas sob sua responsabilidade,
- os agentes do governo central,
- os representantes de fundações,
- os interessados em conhecer projetos exitosos que mereçam financiamento,
- os membros do legislativo engajados na melhoria de programas existentes ou na elaboração de novas propostas,
- os cientistas sociais,
- outros avaliadores que buscam aprender com as descobertas e com as metodologias empregadas,



saiba+

A Sagi disponibiliza os microdados das suas pesquisas. Acesse: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal>

- as próprias organizações que administram o programa avaliado,
- o público em geral ou a sociedade civil.

Um aspecto relevante, portanto, é a própria divulgação dos resultados de pesquisas de avaliação, pois nada adianta avaliar se as conclusões não são publicizadas. Contudo, alguns fatores podem interferir na forma como são aproveitados os resultados da pesquisa de avaliação, tais como (FARIA, 2005):

- a existência de crenças e interesses conflitantes na organização que gerencia o programa;
- a ocorrência de conflitos de interesses entre as distintas unidades do programa;
- as mudanças no pessoal encarregado (quando, por exemplo, os novatos têm prioridades diferentes daquelas vigentes no início da avaliação);
- a eventual inflexibilidade das regras e dos padrões operacionais da organização, que podem impedir a adoção das recomendações feitas quando da avaliação;
- as mudanças nas condições externas, tais como cortes orçamentários e alterações no ambiente político, que podem tornar impossível para a organização responder à necessidade de mudança revelada pelos avaliadores.

Veremos mais sobre a questão da disseminação dos resultados na aula 4.

atenção!

Para que o conhecimento em M&A produzido alcance plateias mais abrangentes, é preciso tornar os produtos desenvolvidos – relatórios, indicadores, estudos avaliativos – compreensíveis e atrativos para os diferentes públicos usuários. Não basta colocar à disposição pública na Internet as planilhas de dados e indicadores de programas e os extensos relatórios de pesquisas de avaliação realizados. Produção de dados não gera demanda por conhecimento. É necessário desenvolver produtos “customizados” para os diferentes públicos de técnicos e gestores que se almeja atingir, adequando formato, conteúdo e complexidade. Deve-se investir na disseminação dos resultados na forma de palestras presenciais ou gravadas em multimídia para exibição em um portal específico, que reúne todo o material relacionado às pesquisas de avaliação, com recursos de consulta. Sumários executivos de pesquisas de avaliação, fichas técnicas de poucas páginas (*one page paper*) com os resultados essenciais além de gráficos, mapas e relatórios descritivos com esses elementos podem ter repercussão e atratividade maior que tabelas, painéis de indicadores ou publicações volumosas, com conteúdos impenetráveis para aqueles sem formação especializada na temática tratada (JANNUZZI, 2013).

Ou seja, é preciso cuidar para que os métodos e estratégias de produção de informação e conhecimento se adequem em conteúdo, custos e tempestividade para atender as demandas de seus usuários. Especialmente após o advento da Internet, há diferentes e criativas formas de comunicar mensagens simples e complexas para os mais diferentes tipos de leitores.

COMO AVALIAR UM PROGRAMA?

No processo de avaliação de um programa deve-se levar em conta o que se quer avaliar (critérios) e como avaliar (quais os indicadores usar), além de estar ciente de que podem surgir dificuldades no caminho (constrangimentos). A seguir veremos esses aspectos em detalhe.

a CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: O QUE SE QUER AVALIAR?

Para avaliar o desempenho de um programa é necessário definir critérios de avaliação. A lista dos critérios que podem ser utilizados é longa e a escolha de um, ou vários deles, depende dos aspectos que se deseja privilegiar na avaliação. Segundo o manual da UNICEF (apud COSTA; CASTANHAR, 2003), os mais comuns são:

- **Eficiência:** termo originado nas ciências econômicas que significa a menor relação custo/benefício possível para o alcance dos objetivos estabelecidos no programa;
- **Eficácia:** medida do grau em que o programa atinge os seus objetivos e metas;
- **Impacto (ou efetividade):** indica se o projeto tem efeitos (positivos) no ambiente externo em que interveio, em termos técnicos, econômicos, socioculturais, institucionais e/ou ambientais;
- **Sustentabilidade:** mede a capacidade de continuidade dos efeitos benéficos alcançados através do programa social, após o seu término;
- **Análise custo-efetividade:** similar à ideia de custo de oportunidade e ao conceito de pertinência; é feita a comparação de formas alternativas da ação social para a obtenção de determinados impactos, para ser selecionada aquela atividade/projeto que atenda os objetivos com o menor custo;
- **Satisfação do beneficiário:** avalia a atitude do usuário em relação à qualidade do atendimento que está obtendo do programa;
- **Equidade:** procura avaliar o grau em que os benefícios de um programa estão sendo distribuídos de maneira justa e compatível com as necessidades do usuário.

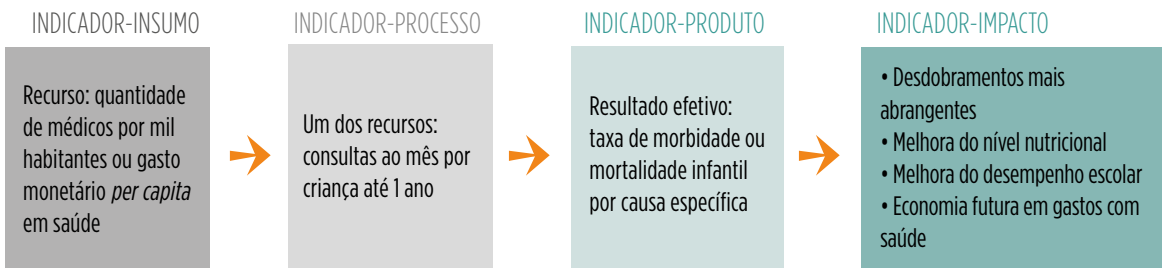
b INDICADORES: COMO MEDIR?

A aplicação desses critérios requer formas específicas de operacionalização, os indicadores. De acordo com Jannuzzi (2001), um indicador é um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma. Mais especificamente, em uma perspectiva programática, o indicador social é um **instrumento operacional** para **moni-**

toramento da realidade social, para fins de **formulação e reformulação de políticas públicas**.

Conforme já visto nos Cursos de Indicadores e do Monitoramento, os indicadores podem ser classificados de acordo com sua empregabilidade no ciclo de formulação e avaliação de programa, conforme segue:

Figura 3 - Classificação dos Indicadores



Fonte: Jannuzzi (2001).



JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais na Formulação e Avaliação de Políticas Públicas**. Disponível em: <http://www.cedeeps.com.br/wp-content/uploads/2011/02/INDICADORES-SOCIAIS-JANUZZI.pdf>

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Indicadores de Programas: Guia Metodológico**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, 2010.

C CONSTRANGIMENTOS

A realização de uma pesquisa de avaliação de um programa pode enfrentar constrangimentos/dificuldades de pelo menos quatro tipos principais:

- **Tempo:** é comum que se pense na avaliação quando o programa já está em estágio avançado de execução, deixando pouco tempo para o avaliador realizar o seu trabalho.
- **Recursos:** muitas vezes o custo com a avaliação do programa não foi incluída nos recursos do projeto original e a avaliação tem que ser adaptada a um valor menor do que o desejável. A falta de recursos humanos qualificados também prejudica a execução e o aproveitamento de pesquisas de avaliação.
- **Dados/Informação:** ter a informação desde o início do programa é importante para se observar as mudanças ocorridas na realidade que se quer observar mas frequentemente não está disponível ao avaliador no momento oportuno ou de maneira completa,

organizada e útil.

- **Políticos:** para Weiss (1998), por exemplo, o interesse político dos altos executivos, mais focados na efetividade do programa, é diferente do interesse dos gerentes, concentrados com a estratégia de implementação, nas ações do dia a dia.

Figura 4 - Constrangimentos para a avaliação de um programa



Fonte: elaboração própria.

Todos esses constrangimentos, juntos ou separados, afetam o desenho da pesquisa de avaliação que será executada.

QUAIS OS TIPOS DE AVALIAÇÃO EXISTENTES?

As avaliações podem ser classificadas em vários tipos, de acordo com diferentes critérios, tais como:

Quadro 3 - Tipos de avaliação

Critérios	Tipos
Quanto ao agente que as realiza	Externas
	Internas
	Mistas
	Participativas
Quanto à sua natureza	Somativas
	Formativas
Quanto ao momento em que são realizadas	<i>Ex ante</i>
	<i>Ex post</i>
Quanto ao problema	Processo
	Resultado/impacto

Fonte: elaboração própria.

Na prática, esses tipos de avaliação geralmente são combinados. Esses critérios serão explicados a seguir.

a SEGUNDO O AGENTE QUE AVALIA

As avaliações realizadas com base no agente que as realiza podem ser de quatro tipos:

EXTERNA: Realizada por pessoas de fora da instituição responsável pelo programa e por isso tende a ser mais isenta e objetiva.

- Há a possibilidade de comparação dos resultados obtidos com os de outros programas similares já analisados.

INTERNA: Realizada dentro e pela instituição responsável pelo programa. Principais características:

- Elimina uma possível resistência natural dos responsáveis pelo programa a um avaliador externo;
- Possibilita a reflexão e a aprendizagem, diante da observação dos próprios integrantes sobre o processo;
- Permite uma melhor compreensão sobre as atividades realizadas dentro da instituição;
- Mas... pode perder sua objetividade, já que é realizada por pessoas que estão envolvidas na implementação do programa.

MISTA: Combina a avaliação externa com a interna. Permite com que os avaliadores externos tenham um contato estreito com a equipe responsável pelo programa.

PARTICIPATIVA: Prevê a participação dos beneficiários no planejamento, execução e avaliação do programa. É utilizada principalmente para pequenos projetos.

b SEGUNDO A NATUREZA

Quanto à sua natureza, as avaliações podem ser formativas ou somativas:

FORMATIVAS: São avaliações relacionadas à etapa de formulação do programa, geralmente realizada por e para quem está diretamente envolvido com o programa. O objetivo é fornecer os elementos para a realização de correções necessárias nos procedimentos de implementação.

SOMATIVAS: Relacionadas à análise das etapas posteriores à formulação do programa e realizadas quando o programa está sendo implementado ou após a sua implementação. O objetivo é verificar a efetividade do programa e fazer o julgamento do seu valor geral.

A avaliação somativa contrasta com a avaliação formativa, que se concentra em maneiras de melhorar e reforçar os programas em vez de render juízo definitivo sobre a eficácia, efetividade ou eficiência, por exemplo. Em outras palavras, podemos dizer que quando o cozinheiro prova a sopa, é uma avaliação formativa; quando o cliente prova a sopa, é uma avaliação somativa.

c SEGUNDO O MOMENTO DA AVALIAÇÃO

Pesquisas de avaliação devem fazer parte de todas as etapas do ciclo de toda e qualquer política pública, mas podem ser agrupadas em dois tipos: antes (*ex-ante*) ou depois (*ex-post*) da implementação do programa.

EX ANTE:

- Realizada antes do início do programa.
- Visa dar suporte à decisão de implementar ou não o programa e a ordenar os vários projetos, segundo sua eficiência para alcançar os objetivos determinados. Seu elemento central é o diagnóstico, que auxilia na alocação dos recursos disponíveis de acordo com os objetivos propostos.

EX POST:

- Realizada durante a execução de um programa ou ao seu final, quando as decisões são baseadas nos resultados alcançados.
- Quando um programa está em execução, julga-se se ele deve continuar ou não, com base nos resultados obtidos até o momento. Se sim, decide-se se ele deve manter a formulação original ou sofrer modificações. Quando o programa já foi concluído, julga-se a pertinência do uso futuro da experiência.

d SEGUNDO O OBJETIVO DA AVALIAÇÃO

A avaliação pode ser realizada, também, a partir de seus objetivos:

AVALIAR O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO:

- Realizada durante a implementação do programa.
- Diz respeito à dimensão de gestão.

- É uma avaliação periódica que procura detectar as dificuldades que ocorrem durante o processo.
- Objetiva efetuar correções ou adequações.
- Serve de suporte para melhorar a eficiência operativa.

AVALIAR O PRODUTO/RESULTADO/IMPACTO:

- Procura verificar em que medida o programa alcança seus objetivos e quais são os seus efeitos (imediatos, de médio prazo e de longo prazo).
- Objetiva responder se o programa funcionou ou não. Para tanto, indaga-se se houve modificações na situação-problema.
- Serve de suporte para decisão sobre política, como continuação do programa e formulação de outros.

Segundo Figueiredo e Figueiredo (1986), tanto a avaliação de processo quanto a de produto podem chegar às seguintes conclusões:

- (i) O resultado esperado é alcançado.
- (ii) Um resultado não esperado é produzido, sendo, porém, positivo.
- (iii) Resultados do tipo a) e b) ocorrem e são positivos no curto prazo, mas podem ser negativos no médio e longo prazo.
- (iv) O resultado esperado é atingido no que se refere aos membros da população-alvo, isto é, cada indivíduo melhorou sua situação com a política pública; no entanto, em médio prazo, a categoria social a que estes indivíduos pertencem, ou passam a pertencer, piora.
- (v) O resultado esperado não é alcançado e nenhum outro resultado é produzido.
- (vi) Um resultado não esperado ocorre, sendo, porém, negativo.

AVALIAR A EFICIÊNCIA:

- A avaliação de eficiência remete a avaliação para considerações de benefício e custo dos programas. Análise custo-benefícios.

TIPOS DE AVALIAÇÃO SEGUNDO O MOMENTO DO CICLO: UMA PROPOSTA INTEGRADORA

Analisando as diferentes tipologias de avaliação até aqui apresentadas, podemos perceber que muitas delas se sobrepõem, o que pode criar alguma confusão. Com o objetivo de evitar essas imprecisões, apresentaremos uma classificação que objetiva integrar diversos parâmetros utilizados em outras tipologias, baseando-se do ciclo de programas como critério para sua elaboração.

A classificação de acordo com o momento no ciclo apresenta 5 tipos possíveis de avaliação (Jannuzzi, 2014a):

- **AVALIAÇÃO DE DEMANDA:** Esse tipo de avaliação auxilia o Estado na identificação e mensuração dos problemas sociais enfrentados por uma determinada comunidade. A avaliação de demanda colabora na formação da agenda governamental, dando subsídios para a definição de quais problemáticas são prioritárias para serem combatidas por programas.
- **AVALIAÇÃO DE DESENHO:** Antes da formulação de programa para mitigação ou equacionamento do problema social identificado, em geral, são necessários novos esforços de levantamentos de campo para aprofundamento do diagnóstico das condições de vida, contexto econômico, restrições ambientais, capacidade de gestão e oferta de serviços. Além disso, cabe também uma compilação de estudos já realizados na temática, abordando determinantes do problema em questão e eventuais programas e projetos já idealizados. As avaliações dessa natureza constituem o que se denomina Avaliação de desenho.
- **AVALIAÇÃO DE PROCESSO:** Definidos os públicos a atender e os arranjos operacionais do programa é preciso colocá-lo em ação, realizando as atividades planejadas e identificando problemas na oferta, na regularidade e qualidade dos serviços por meio de pesquisas de Avaliação de processo. Essa avaliação é realizada durante a implementação, para verificar se o programa está sendo colocado em prática da maneira planejada.
- **AVALIAÇÃO DE RESULTADO OU IMPACTO:** Após a implementação do programa, as demandas de informação e conhecimento voltam-se para a Avaliação de resultados e impactos do programa. Trata-se de momento de investigação mais exaustiva sobre os diversos componentes de uma intervenção, abordando não apenas o cumprimento dos seus objetivos, mas seus impactos sociais mais abrangentes. Cabe nesse momento avaliar se a intervenção conseguiu provocar mudanças na realidade social que a originou, considerando a complexidade do seu desenho, além da gravidade da questão social enfrentada.

● **AValiação DE EFICIÊNCIA:** As avaliações de eficiência, ou custo-efetividade, também são realizadas após a implementação do programa. O custo-efetividade das intervenções é a relação entre valor gasto para produzir unidades de resultados e os impactos do programa em um período de tempo e território específicos. Em outras palavras, esse tipo de avaliação estuda a adequação entre o custo do programa tendo em vista o resultado obtido. Avaliações dessa natureza são fundamentais para avaliar a sustentabilidade dos programas e projetos no futuro e em outros contextos.

A figura a seguir sintetiza cada um dos tipos de avaliação e seu momento no ciclo da política pública:

Figura 5 - Tipos de Avaliação



Fonte: elaboração própria com base em Jannuzzi, 2012.

Na próxima aula veremos brevemente como surge, por que surge e como se dá o desenvolvimento das atividades de avaliação de programas no Brasil.



NESTA AULA VOCÊ APRENDEU QUE

- ✓ Programa é um conjunto de atividades organizadas para realização de um objetivo, com cronograma e orçamento específicos;
- ✓ Estudos de avaliação são *uma análise pragmática de características essenciais do contexto, públicos-alvo, desenho, implementação, custos de operação, resultados de curto prazo, impactos sociais e de mais longo prazo de um programa, enfim, insumos acerca do programa que contribuam para seu aperfeiçoamento e a consecução de seus objetivos*;
- ✓ Existem 3 objetivos principais de uma pesquisa de avaliação de programa: a melhoria do processo de tomada de decisão, a alocação apropriada de recursos e o aumento da responsabilidade das ações públicas (transparência na gestão);
- ✓ Existem diversos usuários potenciais de uma pesquisa de avaliação. Dentre eles estão os beneficiários dos programas, gestores públicos de diferentes níveis, organizações da sociedade, cientistas sociais, dentre outros;
- ✓ Existem vários tipos de pesquisas de avaliação, destacando-se a perspectiva integradora que utiliza o ciclo de um programas para elaborar sua classificação.

REFERÊNCIAS

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004.

COSTA, Frederico L. da; CASTANHAR, José C. Avaliação de Programas Públicos: Desafios Conceituais e Metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 969-992, set/out 2003.

CUNHA, Carla da. **Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: Tendências Recentes e Experiências no Brasil**. Trabalho elaborado durante o curso "The Theory and Operation of a Modern National Economy", ministrado na George Washington University, no âmbito do Programa Minerva, em 2006.

DRAIBE, Sônia M. Uma Nova Institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a Propósito da Experiência Latino-Americana Recente de Reformas dos Programas Sociais. **São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n. 4, p. 03-15, 1997.

FARIA, Carlos. A Política da Avaliação de Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 97-169, out 2005.

FIGUEIREDO, Marcus; FIGUEIREDO, Argelina M. Avaliação Política e Avaliação de Políticas: Um Quadro de Referência Teórica. **Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p. 107-127, 1986.

GARCIA, Ronaldo. **Avaliação de Ações Governamentais**: Pontos para um Começo de Conversa. Brasília: IPEA, 1997.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil**: Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações. Campinas: Alínea: 2001.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Avaliação de Programas Sociais: Conceitos e Referenciais de Quem a Realiza. In: **Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo, v. 25, n. 58, p. 22-42, mai/ago 2014.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores, Painéis de Monitoramento e Pesquisas de Avaliação como Instrumentos para Aprimoramento de Programas e Projetos Sociais**. 2012.

JANNUZZI, Paulo de Martino. A produção de Informação e Conhecimento para Aprimoramento das Políticas e Programas de Desenvolvimento Social: Princípios, Conceitos e Caracterização das Pesquisas de Avaliação Realizadas pela SAGI/MDS de 2011 a 2014. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Cadernos de Estudos: Desenvolvimento Social em Debate**, Brasília, n. 16, 2014a.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas sociais: revisitando mitos e recolocando premissas para sua maior efetividade na gestão. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, v. 1, p. 04-27, 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual da Oficina de Capacitação em Avaliação com Foco na Melhoria do Programa – DST-AIDS**. Brasília: Assessoria de Monitoramento e Avaliação, 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Avaliação de Políticas Públicas**: Reflexões Acadêmicas Sobre o Desenvolvimento Social e o Combate à Fome Vol. 1: Introdução e Temas Transversais. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI, 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Estudo Técnico - Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais no Brasil**: Apontamentos Conceituais, Considerações Metodológicas e Reflexões Sobre as Práticas. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI, n. 7, 2013.

SILVA, Pedro; COSTA, Nilson. **A Avaliação de Programas Públicos**: Reflexões Sobre a Experiência Brasileira (Relatório Técnico). Brasília: IPEA-BID, 2002.

WEISS, Carol. **Evaluation**: Methods for Studying Programs & Policies. London: Prentice Hall, 1998.

DELINEAMENTO DE UMA PESQUISA DE AVALIAÇÃO

aula
2



Olá, gestor e gestora!

Nesta aula você aprenderá o que é e quais são os principais elementos de um desenho de pesquisa de avaliação. Veremos a importância da elaboração do projeto a partir dos quesitos citados e como eles ajudam na busca por respostas à avaliação que queremos realizar. Para a apresentação dos elementos do desenho de pesquisa serão utilizados exemplos com base nas duas pesquisas citadas no início dessa apostila.



OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Nesta aula você vai aprender:

- O histórico das pesquisas de avaliação no Brasil;
- Quais são as principais etapas de uma pesquisa de avaliação;
- Como se elabora uma pergunta para uma pesquisa de avaliação;
- Para que servem os objetivos em uma pesquisa de avaliação;
- Quais são as abordagens metodológicas possíveis e de que maneira elas se complementam.



leitura
obrigatória

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Avaliação de Programas Sociais no Brasil:** Repensando Práticas e Metodologias das Pesquisas Avaliativas. Planejamento e Políticas Públicas, n.36, jan/jul 2011.

SUMÁRIO DA AULA 2

● Histórico e institucionalização da avaliação de programas no Brasil	32
● A Experiência da Avaliação dos Programas de Desenvolvimento Social no Brasil	35
● Etapas de uma Pesquisa de Avaliação	39
● Definindo a pergunta e o problema de pesquisa	40
● Definindo os objetivos	41
● Diferentes abordagens metodológicas	42
● Delineamento de pesquisa	44
● Amostragem	45

HISTÓRICO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS NO BRASIL¹

Grande parte da expansão e desenvolvimento da teoria e da prática da avaliação de programas se deu a partir das décadas de 1960 e 1970, nos Estados Unidos. No final da década de 1970 a avaliação já estava consolidada nas agências federais americanas e grande parte delas possuía unidades administrativas exclusivas para avaliação (WEISS, 1998). No Brasil também é possível obter exemplos de práticas avaliativas desde as mesmas décadas, especialmente em áreas como educação e saúde, como é o caso da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (Capes).

O crescente interesse dos governos com a avaliação está relacionado às questões de efetividade, eficácia, eficiência, desempenho e *accountability* da gestão pública, a partir de uma série de eventos da década de 1990, quais sejam (FARIA, 2001):

- a crise fiscal, que diminuiu a capacidade de gasto dos governos e aumentou a pressão por maior eficiência;
- o fim do processo inflacionário, que reduziu as receitas financeiras dos governos e expôs os problemas das finanças públicas;
- o aprofundamento da democracia, que trouxe novos atores sociais e reivindicações aos governos;

(1) Esta seção reproduz parcialmente o capítulo PAES-SOUSA, R. e HELLMANN, A.G. Policy monitoring and evaluation systems: recent advances in Brazil's federal public administration. In: VAITSMAN, J., RIBEIRO, J.M., LOBATO, L. Policy Analysis in Brazil: the state of the art. Policy Press: Great Britain, 2013

- a longa crise econômica brasileira, que aumentou a desigualdade social e a busca por programas sociais públicos;
- a desestruturação da função de planejamento, que deixou os governantes sem elementos de informação e avaliação;
- a redução da ajuda externa e a pressão dos organismos internacionais de fomento pela aferição dos resultados dos programas sociais por eles financiados;
- o contexto internacional de promoção da reforma de Estado e de seu aparelho administrativo, conhecido como Nova Gestão Pública ou *New Public Management*. A Nova Gestão Pública preconizava, em termos gerais, uma redefinição do papel do Estado e a implantação de mecanismos de gestão oriundos da iniciativa privada na administração pública. No Brasil, o fato mais emblemático desta nova orientação político-ideológica e gerencial foi a Reforma Administrativa promovida pelo governo federal em 1998, através da Emenda Constitucional nº 19 (BRASIL, 1998).

No Brasil, especificamente, seja como prática sistemática no âmbito governamental, seja como objeto de pesquisa e ensino universitário, a avaliação de políticas públicas é algo recente. Até o final dos anos 1990 predominavam avaliações setoriais, realizadas por servidores públicos e focadas nos processos de formulação e decisão (CEPIK, 1997; MELO, 1999; DULCI, 2010). Desde os anos 2000, entretanto, verifica-se um forte aumento das atividades de avaliação, não apenas por parte dos órgãos governamentais, mas também por outros atores importantes, tais como organismos internacionais, grupos de interesse da sociedade civil e universidades. Quatro fatores explicam este aumento.

Em primeiro lugar,

a ampliação do escopo e escala das políticas sociais, conjugando programas de natureza universal – na educação, saúde, trabalho e assistência social – com ações de cunho redistributivo e de promoção de acesso aos direitos sociais – como o Programa Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada, as Políticas de Promoção de Igualdade Racial e Gênero, entre outras – têm ensejado a produção de informações e desenvolvimento de estudos de avaliação para melhor conhecimento dos públicos-alvo de cada programa, do processo de implementação desses e dos resultados e impactos das intervenções (JANNUZZI, 2014, p. 24).

Complementarmente,

a continentalidade do País, a pactuação de objetivos setoriais e a implementação de arranjos federativos na operação dos programas requerem estruturação de burocracias especializadas na operação das políticas. Para esses corpos técnicos, as atividades de compilação, levantamento e organização de dados, mais a produção de indicadores de monitoramento e pesquisas de avaliação, constituem componentes essenciais à boa gestão (JANNUZZI, 2014, p.25).

O segundo fator é a expansão recente de cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* nas universidades brasileiras com áreas de concentração no estudo das políticas públicas. Na medida em que novos currículos foram implementados e que o ensino sobre a função avaliativa passou a ser melhor articulado com a pesquisa, começaram a ser criadas condições para se superar a histórica dispersão e descontinuidade dos projetos na área, bem como para melhorar a sinergia entre as áreas acadêmicas de Ciências Sociais, Administração Pública, Economia e outras disciplinas relevantes (MELO, 1999; SILVA; COSTA, 2002).

O terceiro fator refere-se às novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), as quais afetaram as práticas governamentais de M&A por meio do desenvolvimento de sistemas de informação cada vez mais sofisticados e da redução dos custos para o acesso público a fluxos informacionais importantes. A construção e gestão de sistemas de informação, bem como a governança dos recursos tecnológicos e informacionais dos diversos entes responsáveis pela implementação de políticas públicas, criaram novas condições e desafios para a avaliação das políticas, programas e ações governamentais (RODRIGUES, 2009; CEPIK; CANABARRO, 2010).

O quarto fator foi o conjunto de incentivos dados pelos organismos internacionais para o monitoramento das condições iniciais, dos processos de implementação e do impacto das políticas públicas. Naturalmente, parte destes incentivos são exigências dos organismos como o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que condicionavam as transferências de recursos à produção de informações e avaliação dos resultados concretos com vistas à prevenção de riscos em seus investimentos (FARIA, 2005). Entretanto, as modalidades de apoio internacional ao desenvolvimento da área de M&A têm sido diversificadas e constituem um fator explicativo no seu desenvolvimento no caso brasileiro.

Ainda mais recentemente, a Lei da Transparência e a implementação do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GES-PÚBLICA), também contribuíram muito para a disseminação das atividades de monitoramento e avaliação.



saiba+

Em um contexto de gestão de políticas e programas como no caso das Políticas de Desenvolvimento Social, em que se valoriza a colaboração intersetorial e interfederativa, o diálogo e participação social e a Política como mecanismo de mediação de conflitos, entende-se que cada ator e agente deveria ter acesso a instrumentos, pesquisas e informação necessários para seus processos de trabalho e tomada de decisão. Estes são os princípios básicos da Administração Pública Deliberativa, que busca um modelo alternativo de organização do processo de trabalho na Administração Pública, alternativo para o insulamento burocrático das atividades meio, sem cair no tecnocratismo ingênuo do gerencialismo de metas advogado pela nova Gestão Pública. Fonte: BRUGUÉ, Q. **Modernizar la administración**: burocracia, nueva gestión pública y administración deliberativa. Brasília, ENAP, 2012 (mimeo).

A EXPERIÊNCIA DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO BRASIL²

A criação do MDS, em janeiro de 2004, implicou o aumento significativo dos investimentos em políticas de proteção, assistência e desenvolvimento social – que se traduzem em programas e ações de transferência de renda, segurança alimentar e nutricional, assistência social e inclusão produtiva. Tal aumento do gasto incentivou a prática das atividades de monitoramento e avaliação, pois era necessário ter informações úteis, confiáveis e tempestivas sobre a implementação e os resultados dos programas, especialmente do recém lançado Bolsa Família, o maior programa de transferência direta de renda já implementado no país até então.

A Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) é a unidade técnico-administrativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) responsável pelas ações de gestão da informação, monitoramento, avaliação e capacitação das políticas e dos programas do Ministério. A SAGI desenvolve atividades que permitem ao MDS conhecer melhor o público-alvo de suas políticas, a lógica de intervenção de seus programas, os problemas e as boas práticas de implementação de suas ações e, naturalmente, os resultados e impactos do esforço governamental na área do desenvolvimento social. Investigar os efeitos das transferências monetárias do Programa Bolsa Família ou do Benefício de Prestação Continuada, qualificar os serviços socioassistenciais prestados às famílias, ajudar no desenho e acompanhamento de ações de segurança alimentar e nutricional e na avaliação dos programas de inclusão produtiva são algumas das atividades que a SAGI desenvolve regularmente.

A agenda de atividades da SAGI é definida pela análise das demandas estruturantes das políticas de desenvolvimento social e combate à fome – como a Lei Orgânica da Assistência Social e a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional –, da agenda prioritária do governo e do Ministério – como o Plano Brasil Sem Miséria na atual gestão –, das necessidades mais específicas do gabinete da ministra e das secretarias finalísticas – Secretaria Nacional de Assistência Social, Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, Secretaria Nacional de Renda da Cidadania e Secretaria Extraordinária de Superação da Extrema Pobreza (que sucedeu a Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva). Também contribuem na definição da agenda da SAGI as demandas oriundas de reuniões técnicas entre gestores e técnicos com seus pares nas demais secretarias,

(2) Esta seção reproduz parcialmente o artigo: Jannuzzi, P de M. A produção de informação e conhecimento para aprimoramento das políticas e programas de desenvolvimento social: princípios, conceitos e caracterização das pesquisas de avaliação realizadas pela SAGI/MDS de 2011 a 2014. IN: MDS. Cadernos de estudos: desenvolvimento social em debate, n.16. Brasília, 2014

os debates em seminários de apresentação de resultados de pesquisas e produtos, as questões levantadas em publicações e fóruns de discussão acadêmica e de organismos internacionais.

O equilíbrio entre as demandas da agenda de Estado e Políticas Nacionais, a de Governo e das Secretarias Nacionais do MDS é certamente um grande desafio cotidiano da Secretaria que, em tese, tem loci para seu equacionamento: o Grupo de Trabalho de Monitoramento e Avaliação (GTMA) e o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI). Essas instâncias são compostas por representantes de todas as secretarias e da assessoria da ministra e se constituem nos canais institucionais de encaminhamento e/ou legitimação de demandas de trabalho para a Secretaria, sejam eles instrumentos de monitoramento e pesquisas de avaliação (GTMA) ou sistemas e ferramentas informacionais (CGTI). A criação de uma instância similar para tratar da agenda de programas de capacitação e formação do Ministério poderá vir a ser necessária em um futuro próximo, com o adensamento crescente dessas atividades nas secretarias finalísticas e os requerimentos de maior coordenação e sinergia interna para garantir oferta continuada e capilarizada pelo país.



JANNUZZI, Paulo de Martino. **A Produção de Informação e Conhecimento para Aprimoramento das Políticas e Programas de Desenvolvimento Social:** Princípios, Conceitos e Caracterização das Pesquisas de Avaliação Realizadas pela SAGI/MDS de 2011 a 2014. In: Cadernos de Estudos: Desenvolvimento Social em Debate. Brasília, n. 16, 2014.

VAITSMAN, Jeni; PAES-SOUSA, Rômulo. **O Sistema de Avaliação e Monitoramento das Políticas e Programas Sociais:** a Experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001485/148514por.pdf>

Do trabalho da SAGI deriva um portfólio de pelo menos 25 produtos informacionais, desenvolvidos segundo o estágio de maturidade dos programas e sua complexidade operacional, como pode ser conferido na Figura 1 a seguir.

Figura 1 - Portfólio de produtos, serviços e entregas da SAGI

Serviços de organização de dados	Ferramentas de consulta a dados e mapas	Aplicativos para tabulação customizada	Aplicativos para extração e entrada de dados operacionais	Portais de informação com funcionalidades diversas
Relatórios automatizados de informação	Mapeamento de fluxos, processos e arranjos operacionais de programas	Indicadores de Programas e de Conjuntura Social	Indicadores resultantes da integração de bases de dados administrativos	Painéis de Monitoramento Analítico de Programas
Levantamentos de dados pela Web	Pesquisas de avaliação de natureza exploratória	Pesquisas de avaliação quantitativas e de impacto	Pesquisas de avaliação diagnóstica, de implementação e de resultados	Estudos avaliativos com base de dados integrados - transversal e longitudinal
Estudos técnicos, compilações e meta-avaliações	Estudos avaliativos com base de dados secundária	Publicações eletrônicas e impressas	Revistas seriadas, livros, sumários executivos e microdados de pesquisas	Prospecção de demandas de formação e qualificação em Programas e Serviços
Oferta de Capacitações para serviços, presencial ou à distância	Planejamento de Programa de Formação em Políticas e Programas	Desenvolvimento de Material Didático e Instrucional	Documentação de programas e prospecção de experiências	Cooperação técnica subnacional e internacional

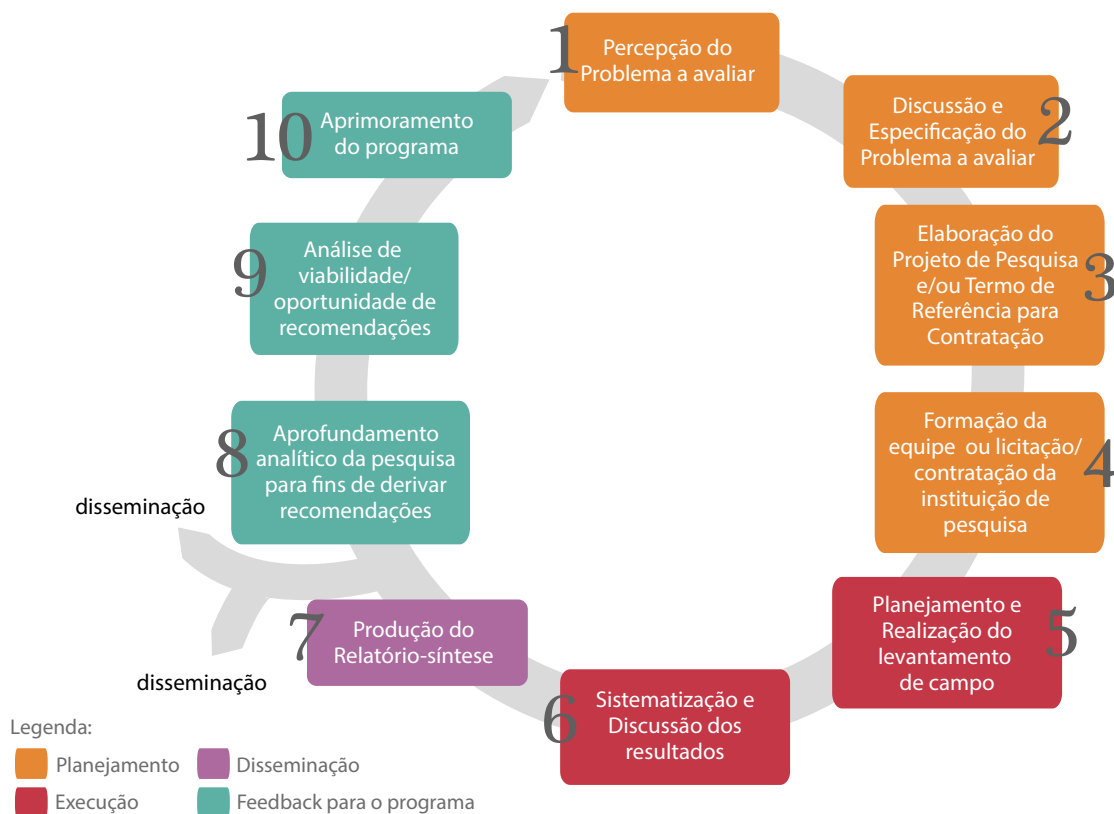


Informação, conhecimento e instrumentos para aprimoramento do desenho e gestão de políticas e programas do MDS

Fonte: Jannuzzi (2014a).

A SAGI é considerada uma inovação no campo do governo federal porque elevou as atividades de monitoramento e avaliação ao mesmo patamar de importância das atividades das secretarias finalísticas daquele ministério. A secretaria disponibiliza dados e informações qualitativas e quantitativas sobre uma série de aspectos socioeconômicos e demográficos, bem como estudos de avaliação e monitoramento realizados pelo MDS. O processo de trabalho da Sagi pode ser esquematizado em 10 (dez) etapas (Figura 2).

Figura 2 - Etapas da produção e disseminação da informação e conhecimento: do problema à solução



Fonte: elaboração própria com base em Jannuzzi (2014a).

Embora se complementem, essas finalidades básicas de unidade de monitoramento e avaliação – informação para aprimoramento de programas, transparência pública ou avaliação de mérito orçamentário – disputam os focos avaliativos, os recursos humanos disponíveis, definem em boa medida os métodos e técnicas escolhidos para desenvolvimento dos trabalhos e o “mandato” para sugerir, encomendar ou impor mudanças nos programas e na gestão. A sua vinculação a uma pasta setorial do Poder Executivo, em posição hierárquica em linha com as demais secretarias finalísticas do MDS – nem acima ou abaixo delas –, faz a SAGI orientar seus esforços na produção de insumos prioritariamente para aperfeiçoamento contínuo das ações e programas do Ministério, colocando-se como o que em outros contextos se denomina unidade de inteligência corporativa, e nunca como unidade de auditoria, fiscalização, avaliação externa ou controle público.

**Balço de Gestão Sagi 2011-2014:**

<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/balço.pdf>

Boletim especial do Balço de Gestão:

[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/boletim%20especial_leitura%20\(1\).pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/boletim%20especial_leitura%20(1).pdf)

ETAPAS DE UMA PESQUISA DE AVALIAÇÃO

As **pesquisas de avaliação** de programas são pesquisas sociais aplicadas que utilizam métodos válidos e confiáveis para examinar processos ou resultados de uma organização (no caso, um programa) como, por exemplo:

- pesquisas de avaliação para determinar se programas sociais (e.g. programa Bolsa Família) estão funcionando ou não e como estão funcionando;
- pesquisas de avaliação das intervenções públicas na área do turismo, da educação, da saúde, etc. estão dando certo ou não, de acordo com os objetivos inicialmente propostos;
- pesquisas de diagnósticos, que descrevem como algo é ou está, tais como o Censo do IBGE, a PNAD, o Censo SUAS, etc;
- pesquisas de satisfação de beneficiários de programas.

Sendo assim, existe um processo que deve ser realizado para o planejamento e para a realização da pesquisa. Esse processo apresenta as seguintes etapas:

Figura 3 - Etapas de uma pesquisa



Fonte: elaboração própria.

Esta aula será dedicada à primeira etapa do processo, o planejamento da pesquisa, que se inicia com a construção do problema e da pergunta e, posteriormente, com a definição dos objetivos. Na aula 3, abordaremos a execução da pesquisa, aprofundando o conhecimento sobre métodos e técnicas de coleta de dados. Na aula 4, conheceremos algumas técnicas para análise dos dados coletados e diferentes formas de disseminação dos resultados obtidos em uma pesquisa de avaliação.

DEFININDO A PERGUNTA E O PROBLEMA DE PESQUISA

O ponto de partida de toda e qualquer pesquisa é a construção do problema de pesquisa. É a definição da **pergunta** que irá identificar o que se irá examinar, avaliar e analisar criticamente. Inicialmente, no caso das **pesquisas de avaliação de programas**, deve-se pensar o que se deseja: avaliar um processo de implementação, resultados, impacto ou percepções de beneficiários de programas, etc.

Dessa forma, vale ressaltar que a definição da **pergunta** de pesquisa faz parte de um processo equacionado, a partir de um planejamento que funciona como um roteiro para a execução da pesquisa. O projeto de uma pesquisa científica envolve alguns passos, que podem variar de acordo com as questões que podem ser visualizadas no quadro a seguir:

Quadro 1 - Etapas de um projeto de pesquisa

Seleção do tema	Escolha do tema a ser pesquisado. No caso das pesquisas de avaliação de um <i>programa</i> , é necessário especificar o programa que será avaliado e suas características.
Levantamento do que já existe sobre o tema	Revisão da bibliografia e de outras fontes.
Definição do problema de pesquisa	Elaboração da pergunta que a pesquisa irá responder. Por exemplo, "Qual o impacto do Programa?" ou, "Que dificuldades são enfrentadas na implementação do programa?"
Definição de conceitos	Se, por exemplo, o que vai ser trabalhado é a política de combate à pobreza, deve-se explicitar o que se entende por pobreza (delimitar o conceito).
Levantamento de hipóteses	Definir o que se espera encontrar com a pesquisa e quais seriam as possíveis respostas à pergunta.
Operacionalização das principais variáveis	Demonstrar como os principais conceitos serão operacionalizados e medidos.
Coleta e sistematização dos dados	Definir as técnicas de coleta de dados: se através da realização de entrevistas, questionários, análise de documentos, dentre outras. Além disso, é realizada a delimitação da amostra ou caso a ser pesquisado.
Estratégia analítica	Como os dados que foram coletados serão, enfim, analisados.
Custos e cronograma da pesquisa	Definição de orçamento, financiamento, organização das etapas, segundo o tempo definido.

Fonte: elaboração própria.

Como se pode perceber, definir o problema é um passo fundamental e determinante na elaboração de uma pesquisa. Para o desenvolvimento de pesquisas de avaliação, a pergunta é importante na medida em que orienta as informações que serão obtidas, ou seja, ela vai comunicar o tipo de avaliação que se quer realizar, que critério da política se quer avaliar, entre outras questões.

DEFININDO OS OBJETIVOS

Os objetivos da pesquisa podem se dividir entre **geral** ou **específico**. É pelos objetivos que serão definidas as informações e os dados que serão buscados ao se pesquisar. Sendo assim, os objetivos estão vinculados com a pergunta na medida em que concretizam a pergunta de pesquisa, dizendo para onde apontará o olhar do pesquisador e indicando os caminhos que serão percorridos.

Veja o exemplo a seguir:

exemplo revisão cadastral

Objetivo GERAL

Coletar e analisar dados que possibilitassem a configuração do perfil das famílias que não compareceram dentro do prazo previsto para atualizar seus dados do Cadastro Único e a identificação das razões que levaram ao não comparecimento.

Objetivo ESPECÍFICO

a) Identificar o perfil das famílias e dos responsáveis pela unidade familiar convocados para revisão cadastral em 2010 e que não realizaram a revisão no período previsto, fazendo a separação entre três grupos: desbloqueados, cancelados com reversão e cancelados de forma permanente.

A pesquisa sobre a revisão cadastral do cadastro único acima traz a diferenciação entre os dois tipos de objetivos. Podemos perceber que eles estão conectados, mas, ao tratar dos objetivos específicos, o trecho “dos responsáveis pela unidade familiar convocados para revisão cadastral em 2010” demonstra como e com quem, precisamente, a pesquisa será feita.

exemplo PRONATEC/BSM

Objetivos

- Aprimorar a implementação do Pronatec/BSM tanto no que se refere à adequação entre os cursos ofertados e o perfil dos alunos, quanto em relação à adequação entre os cursos e as demandas existentes nos mercados de trabalho locais;
- Avaliar as diferentes dimensões associadas aos alunos que já passaram pelos cursos ofertados, tendo concluído ou não estes cursos.

Já o estudo qualitativo do Pronatec/BSM, por exemplo, apresenta apenas uma categoria de objetivos, mas que, como se vê, também oferece informações mais precisas e concretas sobre o foco da avaliação da pesquisa.

DIFERENTES ABORDAGENS METODOLÓGICAS

Os variados métodos, técnicas e estratégias para coletar e manusear os dados e informações obtidas dividem-se entre abordagens qualitativas e quantitativas.

Quadro 2 - Diferenças entre abordagem quantitativa e qualitativa

aspectos	abordagem quantitativa	abordagem qualitativa
tipos e exemplos	<ul style="list-style-type: none"> • Inquéritos domiciliares, por telefone, correio ou <i>internet</i>; • Conhecimento, atitude e comportamento; • Satisfação do usuário; • Impacto de uma política; • Entrevistas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas; • Grupos focais; • Grupos de discussão; • Observação participante; • Visitas locais; • Etnografia.
usos	<ul style="list-style-type: none"> • Permite comparações diferentes ao mesmo tempo; • Permite ver mudanças no tempo; • Descreve condições ou contextos; • Fornece dados para avaliação de resultados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fornece informação sobre situações sociais complexas, situações de interação, valores, percepções, motivações de pessoas ou grupos; • Fornece informação complementar sobre o contexto e a interpretação de dados quantitativos.
vantagens	<ul style="list-style-type: none"> • Os resultados podem ser generalizados; • Fornece base para estimativas de tamanho e distribuição dos resultados e impactos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Usualmente de baixo custo; • Permite a exploração de novas ideias e achados.
desvantagens	<ul style="list-style-type: none"> • Coleta e processamento de dados podem ser demorados; • Podem ter altos custos quando da coleta de dados primário. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem poder de generalização.
custo e duração	<ul style="list-style-type: none"> • Alto e médio custo, dependendo do tamanho da amostra; • A coleta pode levar muito tempo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixo e médio custo, mas estudos etnográficos podem ser caros; • Tempo de coleta, processamento e análise de dados podem ser longos dependendo das técnicas utilizadas.
pré-requisitos	<ul style="list-style-type: none"> • Boa capacidade técnica para determinação da amostra, desenho do questionário, processamento e análise dos dados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Boa capacidade técnica na realização das entrevistas, na facilitação de trabalho em grupo e de observação.

Fonte: adaptado de Ministério da Saúde (2005). Disponível em: http://www.aids.gov.br/sites/default/files/manual_of_prof.pdf

A partir do quadro acima e, principalmente, do tópico “Tipos e exemplos”, é possível notar que a diferença fundamental entre essas duas abordagens está no tipo de dado ou informação que é levantada. Não obstante, é exatamente esta diferente maneira de compreender e colher informações sobre a realidade que confere às duas abordagens uma importante **complementariedade**.

Considere a seguinte situação: uma pesquisa de avaliação de impacto foi realizada com o uso de técnicas quantitativas. Nos resultados dessa pesquisa, verificou-se que o programa não gerou os resultados esperados. Para entender o porquê deste fracasso, o passo seguinte é ir a campo e conversar com os envolvidos, desde os implementadores até os beneficiários. Neste momento, deve-se recorrer ao uso de técnicas qualitativas de pesquisa. Esse exemplo demonstra que a maneira de colher as informações e tratá-las pode resultar numa melhor compreensão dos fenômenos, sempre que os dois resultados estiverem associados.

Veja mais exemplos de acordo com as pesquisas utilizadas como base desde o início dessa aula:


exemplo PRONATEC/BSM

METODOLOGIA

Para a realização da coleta de dados foram utilizadas duas técnicas: entrevista individual e grupo focal. Desse modo, em cada município foram realizadas duas entrevistas individuais [...]; como também dois grupos focais - um com alunos concluintes do programa e outro com os alunos desistentes, no caso dos municípios de maior porte (grande e metrópole).

[...]

Cada visita ao município durou em média cinco dias. Atividades adicionais foram realizadas durante as visitas a fim de proporcionar uma visão sistêmica sobre como o Programa de fato é realizado no município, a saber: a) Conversas com autoridades e gestores municipais indiretamente ligados ao Programa, [...]; b) Visitas aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e às instalações onde os cursos são ofertados; c) Entrevistas informais com professores e instrutores de cursos do Pronatec; [...].



Na Aula 3, a seguir, serão apresentadas diferentes técnicas, qualitativas e quantitativas.

O exemplo acima se refere à metodologia e à abordagem da pesquisa do Pronatec/BSM. Como se pode ver pelo título da pesquisa, *Estudo qualitativo com egressos e desistentes, representantes das unidades ofertantes e interlocutores municipais do PRONATEC – BSM*, seu caráter é qualitativo. Já pela descrição acima da metodologia utilizada, vê-se claramente que a coleta de informações se dá de acordo com essas técnicas. Vale retomar que os objetivos desta pesquisa explicitam que se pretende subsidiar o melhoramento do programa e de sua implementação.

Já a pesquisa de Revisão Cadastral abaixo é um exemplo importante tanto para demonstrar uma pesquisa com técnicas quantitativas, quanto para demonstrar a complementariedade destacada anteriormente: além da amostra (população selecionada para a pesquisa) ser grande, são mais de 100 questionários/entrevistas realizadas somente com gestores e mais de 5.000 famílias.

— exemplo revisão cadastral —

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de delineamento transversal e abordagem metodológica quantitativa. Foram coletados dados com os gestores municipais do Programa Bolsa-Família e beneficiários nos 148 municípios sorteados para a amostra.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas domiciliares com os responsáveis pelas famílias e entrevistas presenciais com os gestores municipais do PBF (ou representante da gestão por eles indicado). Os questionários foram elaborados tendo por base os objetivos da pesquisa e o conhecimento levantado por meio de grupos focais conduzidos pela SAGI em julho de 2011 em quatro municípios dos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Norte, tendo sido posteriormente submetidos à crítica e aprimorados por meio da aplicação de um pré-teste.

As possibilidades de se utilizar técnicas qualitativas com esta amostra são praticamente nulas. Contudo, estas técnicas qualitativas foram fundamentais para um estudo inicial e exploratório que preparou a fase quantitativa do estudo de avaliação. Como é comentado na metodologia, os questionários aplicados foram elaborados a partir dos grupos focais que serão estudados mais adiante.

DELINEAMENTO DE PESQUISA

Existem outras formas de classificar as pesquisas para além da abordagem qualitativa e quantitativa. Do ponto de vista do delineamento ou desenho de pesquisa elas podem ser classificadas como pesquisas descritivas e explicativas.

PESQUISAS DESCRITIVAS E EXPLICATIVAS

Dependendo do tipo de pergunta que uma pesquisa intenciona responder, ela pode ter um caráter mais descritivo ou mais explicativo. As pesquisas descritivas pretendem relatar os fatos e fenômenos de determinada realidade. A partir da descrição busca-se compreender de que maneira se desenrola o processo social em estudo. Pesquisas com esse delineamento geram conhecimentos que podem ser aprofundados

e/ou complementados por outro tipo de pesquisa.

As pesquisas explicativas têm como objetivo as relações de causa e efeito que ocasionam um fenômeno social. Dependendo de seu desenho, elas podem assumir a forma de pesquisas experimentais ou quase-experimentais. Em ambos os casos, procura-se controlar as situações em que a pesquisa ocorre para que seja possível responder a causalidade e o efeito propostos. Na aula três, o tema das pesquisas experimentais e quase-experimentais será aprofundado.

AMOSTRAGEM

Quando se deseja colher informações sobre um ou mais aspectos de um grupo grande ou numeroso é necessário estabelecer uma amostra, ou seja, uma parte do grupo grande, para viabilizar a pesquisa. Estabelecer uma amostra é, portanto, escolher uma parte de tal forma que ela seja a mais representativa possível do todo e, a partir dos resultados obtidos, relativos a essa parte, poder inferir, o mais legitimamente possível, nos resultados da população total, se esta fosse verificada (MARCONI; LAKATOS, 2002).

UNIVERSO OU POPULAÇÃO: é o conjunto de seres animados (p.ex. todos os brasileiros; todos os jovens homens de 16 a 18 anos moradores de Porto Alegre) ou inanimados (todas as construções do Minha Casa Minha Vida do município de Porto Seguro) que apresentam pelo menos uma característica em comum.

AMOSTRA: é uma porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo.

Existem tipos de amostras, das quais se destacam:

- **Amostras PROBABILÍSTICAS:** é o tipo de amostra que tem como princípio fundamental o fato de que qualquer pessoa do universo que se quer pesquisar tenha a mesma chance de participar da mesma. Daí o princípio de aleatoriedade, que não significa sorteio ou sorte. A amostragem probabilística pode, ainda, ser dos tipos: *amostra aleatória simples*, *amostra sistemática*, *amostra estratificada*, *amostra por conglomerados*, *amostragem por etapas*, dentre outras.
- **Amostras NÃO PROBABILÍSTICAS:** a principal característica desse tipo de amostragem é que não é possível a aplicação de fórmulas estatísticas para o cálculo, por exemplo, entre outros, de erros de amostra. Existem amostras não probabilísticas do tipo intencional, por "juris", por tipicidade e por quotas. A mais comum é do tipo in-

tencional e é utilizada quando o pesquisador está interessado na opinião (ação, intenção etc) de determinados elementos (pessoas) da população, mas não representativos dela, como, por exemplo, os líderes de opinião de determinada comunidade.

A amostragem não probabilística limita, por exemplo, a possibilidade de generalização dos resultados obtidos com a pesquisa. No entanto, pesquisas que se utilizam desse tipo de amostra são importantes fontes de informação e podem ajudar na decisão de se aprofundar uma pesquisa.



GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas, cap. 9, 2010.

MAY, Tim. **Pesquisa Social**. Questões, Métodos e Processos. Porto Alegre: Artmed, p. 114-116, 2004.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5 edição. São Paulo: Atlas, 2002.



NESTA AULA VOCÊ APRENDEU QUE

- ✓ o desenvolvimento das pesquisas de avaliação de programas no Brasil se acentuou a partir da década de 1990.
- ✓ uma pesquisa de avaliação passa por quatro etapas principais: planejamento, execução da pesquisa, análise de dados e disseminação.
- ✓ ao longo deste processo, a etapa de planejamento é fundamental, sendo a definição da pergunta e dos objetivos dois momentos cruciais para que desenhe a pesquisa de acordo com o que se quer avaliar.
- ✓ a definição da pergunta e do problema de pesquisa ocorre ao longo do seguinte processo: seleção do tema, levantamento do que já existe, definição do problema, definição dos conceitos, levantamento de hipóteses, operacionalização das principais variáveis, coleta e sistematização dos dados, estratégias analíticas e elaboração da definição dos custos e cronograma da pesquisa.
- ✓ os objetivos contribuem na medida em que traçam os caminhos que serão percorridos para que a pergunta de pesquisa seja respondida, ou seja, concretizam os passos que serão dados para que se avalie.
- ✓ há duas diferentes abordagens possíveis para as pesquisas de avaliação: qualitativas e quantitativas.
- ✓ as diferentes abordagens oferecem diferentes maneiras de se ler a realidade e, por isto, podem ser complementares quando associadas e utilizadas para se pensar um mesmo fenômeno.

REFERÊNCIAS

CEPIK, Marco; CANABARRO, Diego (Orgs.). **Governança de TI: Transformando a Administração Pública no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.

CEPIK, Marco. Informação & Decisão Governamental: Uma Contradição em Termos?. IMAP. **Anais do Seminário Informação, Estado e Sociedade**. Prefeitura de Curitiba, p. 27-44, 1997.

DULCI, Otavio S. Avaliação de Programas Sociais: Desafios e Potenciais na Construção de um Sistema de Informações. Estudo realizado no âmbito do projeto PNUD BRA/04/046 – Fortalecimento Institucional para a Avaliação e Gestão da Informação do MDS. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Cadernos de Estudos: Desenvolvimento Social em Debate**, Brasília, n. 13, 2010

FARIA, Regina. Avaliação de Programas Sociais: Evoluções e Tendências. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais: Uma Questão em Debate**. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais, p. 40-49, 2001.

FARIA, Carlos. A Política da Avaliação de Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 97-169, out 2005.

GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas, cap. 9, 2008.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Avaliação de Programas Sociais: Conceitos e Referenciais de Quem a Realiza. In: **Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo, v. 25, n. 58, p. 22-42, mai/ago 2014.

JANNUZZI, Paulo de Martino. A produção de Informação e Conhecimento para Aprimoramento das Políticas e Programas de Desenvolvimento Social: Princípios, Conceitos e Caracterização das Pesquisas de Avaliação Realizadas pela SAGI/MDS de 2011 a 2014. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Cadernos de Estudos: Desenvolvimento Social em Debate**, Brasília, n. 16, 2014a.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Avaliação de Programas Sociais no Brasil: Repensando Práticas e Metodologias das Pesquisas Avaliativas. **Planejamento e Políticas Públicas**, n.36, jan/jul 2011.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5 edição. São Paulo: Atlas, 2002.

MAY, Tim. **Pesquisa Social**. Questões, Métodos e Processos. Porto Alegre: Artmed, p. 114-116, 2004.

MELO, Marcus André. Estado, Governo e Políticas Públicas. In: MICELI, S. (Org.). **O Que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)**. Ciência Política, Vol.III. São Paulo: Ed. Sumaré, p.59-100, 1999.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual da Oficina de Capacitação em Avaliação com Foco na Melhoria do Programa – DST-AIDS**. Brasília: Assessoria de Monitoramento e Avaliação, 2005.

PAES-SOUSA, Rômulo; HELLMANN, Aline. Policy Monitoring and Evaluation Systems: Recent Advances in Brazil's Federal Public Administration. In: VAITSMAN, Jeni; RIBEIRO, José; LOBATO, Lenaura. **Policy Analysis in Brazil: The State of the Art**. Londres: Policy Press, 2013.

RAMOS, Marília. Avaliação de Políticas e Programas Sociais: Aspectos Conceituais e Metodológicos. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA. 2009.

RODRIGUES, Roberto. A Centralidade da Informação no Campo das Políticas Públicas. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Concepção e Gestão da Proteção Social não Contributiva no Brasil**. Brasília: MDS-UNESCO, p. 287-303, 2009.

SILVA, Pedro; COSTA, Nilson. **A Avaliação de Programas Públicos: Reflexões Sobre a Experiência Brasileira (Relatório Técnico)**. Brasília: IPEA-BID, 2002.

WEISS, Carol. **Evaluation: Methods for Studying Programs & Policies**. London: Prentice Hall, 1998.

MÉTODOS E TÉCNICAS PARA COLETA DE DADOS



Olá!

Esta é a aula 3 do Curso em Conceitos e Instrumentos para Avaliação de Programas Sociais. O tema dessa aula é a coleta, análise de dados e apresentação de resultados uma pesquisa de avaliação.

Primeiro vamos conhecer alguns métodos e técnicas utilizados em pesquisas de avaliação. Em seguida, veremos como esses dados podem ser analisados.

Boa Aula !



OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Nesta aula você vai aprender:

- Para que servem métodos e técnicas de coleta de dados;
- Qual a diferença entre métodos e técnicas;
- Como ocorre a escolha de métodos e técnicas de coleta de dados em uma pesquisa;
- Quais são os principais métodos e técnicas de coleta de dados.

leitura
obrigatória 

VAZ, Alexander et al. **Estudos Avaliativos com Base na Integração de Registros Administrativos:** a Experiência de Integração do Cadastro Único para Programas Sociais, Programa Bolsa Família e Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. In: MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Cadernos de Estudo: Desenvolvimento Social em Debate, n.17, 2014.

SUMÁRIO DA AULA 3

• O que são métodos e técnicas? Qual a diferença entre os dois?	50
Estudo de caso	51
Levantamento de campo (<i>survey</i>)	52
Etnografia	53
História de Vida	53
• Técnicas utilizadas em pesquisas de avaliação	53
Grupos focais	55
Observação participante	55
Entrevista	56
Aplicação direta e indireta de entrevistas	58
• Pesquisas experimentais e quase-experimentais	59
Pesquisa experimental	59
Pesquisa quase-experimental	61

O QUE SÃO MÉTODOS E TÉCNICAS? QUAL A DIFERENÇA ENTRE OS DOIS?



Para entender melhor as diferenças entre métodos e técnicas veja o vídeo sobre o tema na seção da Aula 3 no moodle.

Imagine que um músico queira compor uma canção. A primeira escolha que ele deve fazer é o estilo de música que ele pretende compor: samba, rock, pop, reggae, etc. A escolha do estilo de música do compositor corresponde à escolha do método de pesquisa feita pelo pesquisador. Ambas dependem do objetivo do músico e do pesquisador. Assim como o músico escolhe o tipo de música mais adequada para expressar uma emoção, o pesquisador deve escolher o método de pesquisa mais adequado para responder a pergunta de pesquisa.

Quadro 1 - Diferenças entre método e técnicas

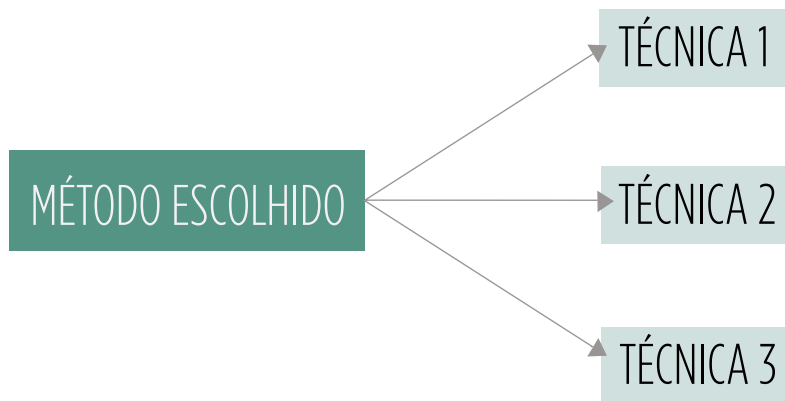
MÉTODO	É o macroentendimento escolhido pelo pesquisador sobre como a sua pesquisa deve ser realizada. É por esse olhar amplo que pesquisador orienta suas escolhas de caráter metodológico, dentre elas a técnica que será utilizada para coletar os dados.
TÉCNICAS	São os procedimentos adotados para a coleta das informações necessárias para a pesquisa.

Fonte: elaboração própria.

Por ser uma diretriz mais ampla, o método pode abarcar uma ou mais técnicas. Após definir o estilo de música, o compositor escolhe os instrumentos mais adequados para executá-la. Se o estilo escolhido foi o samba, os instrumentos escolhidos serão cavaquinho, pandeiro, tamborim, violão, etc. Do mesmo modo, o pesquisador, após definir o método de pesquisa, deve escolher as técnicas de coleta de dados que combinem com esse método. Ou seja, a escolha das técnicas de coleta de dados depende do método de pesquisa.

O diagrama a seguir ilustra a relação hierárquica entre método e técnica:

Figura 1 - Relação hierárquica entre método e técnica.



Fonte: elaboração própria.

Os métodos e técnicas adotados nas pesquisas de avaliação variam de acordo com as circunstâncias (tempo, recursos financeiros, etc.) ou com o tipo de pergunta que se quer responder. Há diversos métodos que podem ser utilizados em pesquisas de avaliação. A seguir serão apresentados quatro deles: Estudo de Caso, Levantamento de Campo (*Survey*), Etnografia e História de Vida.

ESTUDO DE CASO

No exemplo abaixo, da pesquisa sobre o Pronatec/BSM, o método escolhido foi o **estudo de caso**, no exemplo, **multicasos**. O estudo de caso é a investigação em profundidade de um único caso. Esse método baseia-se na ideia de que um pesquisador pode compreender a realidade por meio do **estudo aprofundado de uma unidade de análise específica**.

exemplo PRONATEC/BSM

O estudo foi realizado em 12 municípios selecionados dentre os 879 municípios em que houve registro de matrícula em 2012, considerando três regiões (“Sul-Sudeste”, “Norte-Centro-Oeste” e Nordeste) e o porte populacional do município. Buscou-se selecionar os municípios com maior número de matrículas realizadas em 2012, garantidos os critérios regionais e de porte.

A unidade de análise é definida pelo pesquisador a partir dos objetivos da pesquisa. Um caso pode ser composto por um ou poucos objetos de análise (GIL, 2008). Na pesquisa sobre o PRONATEC, optou-se por eleger 12 municípios com portes populacionais distintos, distribuídos em 3 regiões e estudá-los em profundidade. Dessa forma, as diferentes dinâmicas do PRONATEC estariam incorporadas ao caso estudado, possibilitando também um enfoque de comparação entre os municípios.

Esse tipo de estudo comporta o uso de diversas técnicas de pesquisa, como a **entrevista, o grupo focal e a observação**. A vantagem do Estudo de Caso está no conhecimento refinado e aprofundado sobre realidades particulares. Entretanto, por não utilizar amostras estatisticamente representativas, os resultados de um estudo de caso tem capacidade limitada de serem generalizados para toda a população.

LEVANTAMENTO DE CAMPO (SURVEY)

Levantamentos são adequados para pesquisas de abordagem quantitativa, pois permitem a quantificação de opiniões e características de pessoas e lugares, dentre outros elementos. No exemplo abaixo, sobre revisão cadastral, optou-se pelo uso do método de **levantamento**.

exemplo revisão cadastral

Trata-se de pesquisa de delineamento transversal e abordagem metodológica quantitativa. Foram coletados dados com os gestores municipais do Programa Bolsa-Família e beneficiários nos 148 municípios sorteados para a amostra.

Como o objetivo da pesquisa sobre a revisão cadastral era compreender as razões do não comparecimento de beneficiários do PBF para revisão cadastral, o uso do levantamento é adequado. Esse método caracteriza-se pela interrogação direta de pessoas cujo comportamento queremos conhecer (GIL, 2008).

Uma das grandes vantagens dos levantamentos é sua capacidade de fornecer informação sobre populações inteiras usando amostras representativas e relativamente pequenas.

ETNOGRAFIA

A Etnografia está bastante próxima do Estudo de Caso. O método consiste no estudo detalhado das vidas e atividades de um grupo social singular, examinando suas crenças, sentimentos e modos de agir.

Durante a realização de uma etnografia, o pesquisador deve se integrar ao grupo em estudo, observando e vivenciando seu modo de vida. Uma particularidade da etnografia é a relação que ela tem com a técnica de observação participante. A seguir, na seção em que serão abordadas as técnicas de coleta de dados, a observação participante será aprofundada.



saiba+

A pesquisa Do ponto de vista das crianças: uma avaliação do Programa Bolsa Família utilizou o método etnográfico.

“Cada pesquisador ficou “hospedado” na casa de uma família beneficiada, ali realizando suas refeições, as pernoites e vivenciando o cotidiano familiar de beneficiários do PBF. O objetivo da pesquisa foi avaliar o PBF a partir da visão das crianças”.

Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/sum_executivo/pdf/sumario_84.pdf

HISTÓRIA DE VIDA

Outro método de pesquisa próximo ao Estudo de Caso é a História de Vida. Através da História de Vida são conduzidas pesquisas que analisam, a partir da biografia de poucas pessoas, um fenômeno de natureza social. Por esse método, examina-se um número pequeno de pessoas visando capturar a riqueza associada à trajetória social de um indivíduo. Usa-se normalmente a técnica em entrevistas abertas e em profundidade, nas quais os entrevistados constroem relatos sobre biografias.

TÉCNICAS UTILIZADAS EM PESQUISAS DE AVALIAÇÃO

Os tipos de dados utilizados em uma pesquisa podem ser divididos em dois grupos: os dados primários, que são obtidos diretamente pelo pesquisador em suas idas ao campo de pesquisa, e os dados secundários, que foram obtidos em prévios levantamentos, mas que são reaproveitados em pesquisas posteriores.

Em consequência disso, as técnicas de coleta de dados são divididas em dois grandes grupos: Técnicas de coleta direta de dados, ou seja, dados primários; e Técnicas de coleta indireta de dados, dados secundários.

Quadro 2 - Divisão das técnicas de coleta de dados

<p>técnicas de coleta direta de dados (dados primários)</p>	<p>São procedimentos que coletam diretamente seus dados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Exemplo 1: entrevista. O pesquisador vai a campo e recorre a informantes para coletar suas informações. • Exemplo 2: observação participante. Nessa técnica, o pesquisador insere-se no campo e observa a dinâmica social da realidade estudada, coletando os dados que julga necessário.
<p>técnicas de coleta indireta de dados (dados secundários)</p>	<p>Nesse tipo de procedimento, o pesquisador não vai a campo para a coleta de informações. Ele utiliza coletas prévias em sua investigação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Exemplo 1: pesquisa documental. Essa técnica utiliza-se de registros documentais já existentes como fonte de informação para a pesquisa. • Exemplo 2: uso de surveys ou censos. É o caso dos pesquisadores que utilizam dados do Censo Demográfico coletados pelo IBGE.

Fonte: elaboração própria.

Conforme visto anteriormente, um método pode comportar diversas técnicas. No caso da pesquisa sobre egressos e desistentes do PRONATEC, no exemplo abaixo, a escolha do método de estudo de caso permitiu que fossem combinadas duas técnicas de coleta de dados: **entrevistas e grupos focais**.

exemplo PRONATEC/BSM

Para a realização da coleta de dados foram utilizadas duas técnicas: entrevista individual e grupo focal. Desse modo, em cada município foram realizadas duas entrevistas individuais - uma com o interlocutor municipal do PRONATEC/BSM em 2013 e outra com um representante da Unidade Ofertante com maior número de matrículas em 2012; como também dois grupos focais - um com alunos concluintes do programa e outro com os alunos desistentes, no caso dos municípios de maior porte (grande e metrópole).

A seguir serão identificados os principais tipos de técnicas de coleta de dados.

GRUPOS FOCAIS

Um grupo focal é um grupo de discussão informal e de tamanho reduzido, realizado com o propósito de obter informações de caráter qualitativo e em profundidade. Essa técnica aposta na interação entre os participantes do grupo para a obtenção de seus dados. É uma técnica rápida e de baixo custo.

O objetivo principal de um grupo focal é revelar as percepções dos participantes sobre os tópicos em discussão. Essas pessoas são convidadas para participar da discussão sobre determinado assunto. Normalmente, os participantes possuem alguma característica em comum. Na pesquisa sobre o PRONATEC, por exemplo, essa característica era a de ser egresso ou desistente do programa.

Por utilizar questões e respostas não estruturadas, essa técnica pode contribuir para emergência de novas ideias acerca do assunto que está sendo investigado.

como funciona um grupo focal?

- Cada grupo é organizado com pequeno número de pessoas (entre 7 e 12) para incentivar a interação entre os membros;
- Cada sessão dura de uma a duas horas;
- A conversação concentra-se em poucos tópicos (no máximo 5 assuntos);

O moderador tem uma agenda onde estão delineados os principais tópicos a serem abordados. Estes tópicos são geralmente pouco abrangentes, de modo que a conversação sobre os mesmos torne-se relevante.

OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Pela técnica da observação participante, o pesquisador coleta seus dados a partir de sua integração com o grupo pesquisado. Essa integração tem como objetivo permitir que o pesquisador vivencie a dinâmica social que ele pretende estudar como se fosse um integrante do grupo ou comunidade em estudo. A integração do pesquisador pode ocorrer com a imersão integral no campo de pesquisa (nesses casos, o pesquisador passa a conviver em tempo integral com seu objeto de análise) ou com a participação eventual do pesquisador em momentos considerados importantes.



saiba⁺

A observação participante foi utilizada na etnografia **Do ponto de vista das crianças: uma avaliação do Programa Bolsa Família**.

Disponível em:
http://aplicacoes.mds.gov.br/sa-girmps/simulacao/sum_executivo/pdf/sumario_84.pdf

A escolha da observação participante como uma técnica está intimamente associada à adoção do método etnográfico. A observação participante possibilita que o pesquisador conviva intensamente com o grupo pesquisado. A familiaridade decorrente desse convívio facilita o entendimento de regras, valores e modos de vida, a principal meta da **etnografia**.

Na observação participante, as informações percebidas podem ser registradas em fotografias, gravações de áudio e vídeo ou em anotações de campo. É comum o uso de um diário de campo para relatar as experiências e impressões vividas durante a pesquisa.

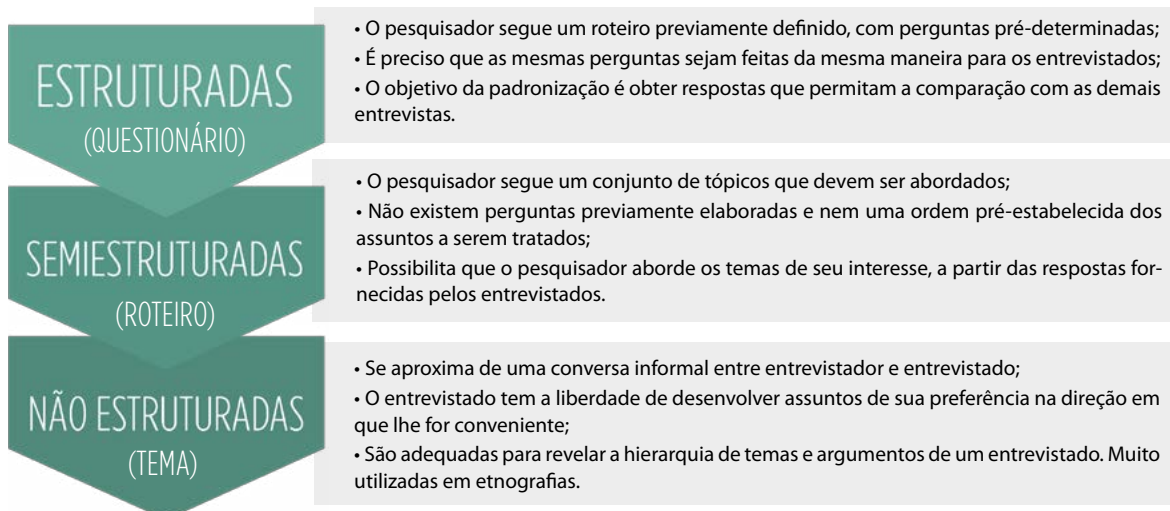
ENTREVISTA

A técnica de entrevista consiste no encontro entre pesquisador e pesquisado para que, mediante o diálogo, obtenham-se informações. A entrevista é uma técnica útil para a coleta de dados sobre processos sociais, aspectos simbólicos e subjetivos de um grupo, ideologias e crenças que estão por trás de discursos ou a compreensão dos pesquisados sobre um tema.

A entrevista vai além de uma simples conversa. Ela é uma interação planejada pelo pesquisador. Esse planejamento concretiza-se em um roteiro de perguntas, que pode variar pelo seu grau de estruturação de acordo com o caso pesquisado e com as opções do pesquisador.

As entrevistas podem ser agrupadas em diferentes tipos, tendo como critério o seu grau de estruturação:

Figura 2 - Tipos de entrevistas



Fonte: elaboração própria.

Na pesquisa sobre o PRONATEC/BSM, por exemplo, destacada abaixo, optou-se por um roteiro semiestruturado tanto para as entrevistas como para o grupo focal.

exemplo PRONATEC/BSM

Tanto as entrevistas quanto os grupos focais foram realizados a partir de um roteiro semiestruturado, elaborado pelos consultores em parceria com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), responsável pela gestão da pesquisa, e pela Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza (SESEP), área técnica demandante, ambas do MDS.

É importante destacar que, mesmo em entrevistas não estruturadas, sempre há um grau mínimo de estruturação por parte do entrevistador. Por mais que a intenção do pesquisador seja a de não estruturar o diálogo com o entrevistado, suas intervenções sempre direcionarão, em maior ou menor proporção, o rumo da entrevista.

A entrevista estruturada, ou questionário, consiste em uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito. Devido a sua padronização de perguntas e respostas, o questionário é o instrumento ideal de coleta quando queremos quantificar as informações. Os questionários costumam ser utilizados em pesquisas de levantamento.

Com o objetivo de quantificar informações, essa técnica foi utilizada na pesquisa sobre Revisão Cadastral:

exemplo revisão cadastral

A coleta de dados foi realizada por questionários aplicados com os responsáveis pelas famílias e com os gestores municipais do PBF (ou representante da gestão por eles indicado). Os questionários foram elaborados tendo por base os objetivos da pesquisa e o conhecimento levantado por meio de grupos focais conduzidos pela SAGI em julho de 2011 em quatro municípios dos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Norte.

Esse trecho ilustra como as técnicas devem ser utilizadas de maneira complementar. Em um primeiro momento, foi utilizada a técnica de grupo focal para identificar os principais assuntos abordados pelo grupo pesquisa. A partir dos tópicos levantados nesses grupos focais, foram elaboradas as questões que compuseram o questionário. Assim, as informações sobre os temas abordados no grupo focal foram aprofundadas com a aplicação de questionários.

O preenchimento dos questionários pode ser feito com ou

sem a presença do pesquisador. Quando o pesquisador está presente, o questionário pode ser preenchido pelo mesmo, a partir das respostas verbalizadas pelo entrevistado, ou pelo próprio entrevistado. Quando o pesquisador não está presente, o envio do questionário pode ser feito por *internet* ou pelo correio. Além disso, ainda existem os questionários aplicados por meio de ligações telefônicas.

Um questionário pode possuir questões fechadas e abertas, como explicitado no quadro a seguir:

Quadro 3 - Diferenças entre questões fechadas e abertas

<p>questões fechadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • São aquelas questões cujas opções de resposta já estão pré-estabelecidas. • O pesquisado escolhe, dentre as opções existentes, a sua resposta. • Esse tipo de questão diferencia um questionário de uma entrevista estruturada.
<p>questões abertas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • São aquelas em que o pesquisador não fornece alternativas de resposta pré-estabelecidas ao pesquisado. • São questões abertas aquelas em que o pesquisado responde com suas próprias, como em uma entrevista. • Também são questões abertas aquelas em que é inviável o pesquisador colocar todas as alternativas de resposta em números. Nesses casos, a resposta é escrita por extenso por quem está preenchendo o questionário. Exemplo: data de nascimento. • Posteriormente, o pesquisador pode codificar essas respostas agrupando-as em categorias.

Fonte: elaboração própria.



GIL, Antônio C.
Métodos e Técnicas de Pesquisa. Editora Atlas: São Paulo, p. 49-58, 2008.

O uso combinado de questões fechadas e abertas em um instrumento de coleta de dados permite que o pesquisador combine as vantagens do questionário e com alguns aspectos positivos da entrevista.

APLICAÇÃO DIRETA E INDIRETA DE ENTREVISTAS

As diferenças básicas entre a aplicação direta e indireta de entrevistas podem ser visualizadas no quadro abaixo:

Quadro 4 - Diferenças entre aplicação direta e indireta de entrevistas

tipo	vantagens	desvantagens
direta	<ul style="list-style-type: none"> a) o índice de respostas é mais alto do que em aplicações diretas; b) normalmente, as pessoas apreciam mais falar do que preencher questionários; c) a entrevista face a face resolve o problema na inabilidade em responder por escrito. Por exemplo, analfabetos podem participar; d) a intimidade propiciada pela relação interativa da entrevista facilita a abordagem de assuntos delicados. 	<ul style="list-style-type: none"> a) apesar do crescente uso de videoconferências, a realização de entrevistas a distância ainda é um obstáculo; b) sua realização leva mais tempo do que a aplicação de um questionário.
indireta	<ul style="list-style-type: none"> a) não exige interação face a face. Pode ser distribuído por correio, <i>internet</i> e telefone. Pode ser aplicado simultaneamente a vários entrevistados; b) atinge maior número de pessoas; c) obtém respostas mais rápidas; d) informantes podem se sentir mais seguros por causa do seu caráter anônimo. 	<ul style="list-style-type: none"> a) quando não há interação face a face entre entrevistador e entrevistado, apresenta alta taxa de perguntas sem resposta; b) em casos em que não há a aplicação do questionário através da leitura das questões e alternativas pelo pesquisador, não pode ser aplicado com analfabetos.

Fonte: elaboração própria.

PESQUISAS EXPERIMENTAIS E QUASE-EXPERIMENTAIS

Na aula 2, aprendemos que os delineamentos de pesquisa podem ser descritivos ou explicativos. Vimos também que o delineamento explicativo pode ser dividido entre experimental e quase-experimental. A seguir, conheceremos com mais detalhes esses dois subtipos e como a sua adoção influencia no processo de coleta de dados.

PESQUISA EXPERIMENTAL

Neste delineamento de pesquisa, o pesquisador seleciona qual grupo receberá, ou não, o tratamento. A forma clássica desta seleção é o sorteio (aleatoriedade). Mas, se o público for muito diversificado (alunos, escolas, municípios, etc.), requer-se a aplicação de alguma técnica de pareamento, a fim de torná-los comparáveis. Assim, nas pesquisas experimentais são necessários os dois grupos: de tratamento (ou grupo experimental) e de controle, isto é, aquele que não receberá o tratamento.

Tratamento: qualquer intervenção que pode ser fornecida pelo pesquisador (um medicamento, uma política pública, um novo método de estudo) ou pode ser adotada por grupos, pessoas, municípios, países - de forma aleatória ou proposital.

Controle: Situação em que se pode garantir que todas as variáveis que podem explicar o fenômeno que queremos estudar serão mantidas constantes, assim como o tratamento que é dado a alguns e a outros não.

Por exemplo, 100 domicílios de um município precisam de saneamento básico. No entanto, apenas 50 deles receberam o benefício. O grupo tratamento refere-se àqueles que receberam o saneamento. O grupo controle refere-se àqueles que, apesar de precisarem da mesma forma do saneamento, não foram atendidos.

grupo de controle

Grupo que não será o alvo da intervenção. Portanto, o que permitirá dizer se a intervenção teve impacto.

grupo de tratamento

Grupo que recebe algum tratamento ou participa de alguma intervenção.

O processo de experimento se dá da seguinte forma:

1. Seleciona-se um conjunto de unidades experimentais similares (indivíduos, municípios, países, etc.);
2. Divide-se este conjunto de unidades em dois grupos;
3. A um dos grupos administra-se o tratamento (uma política pública, um remédio, nova metodologia de ensino, etc);
4. Ao outro não é aplicado nenhum tipo de tratamento;
5. Compara-se o efeito do tratamento do grupo de controle em relação ao que não recebeu.

questão ética nas pesquisas experimentais

É difícil e eticamente questionável a aplicação de determinados tratamentos nas Ciências que lidam com questões sociais. A situação problemática, para o uso de experimentos clássicos em avaliações de programas, seria a questão de: o quanto justo é privilegiar um grupo que receberá um determinado benefício de um programa em detrimento de outro?

Especificamente, quando estamos tratando de avaliação de programas é difícil adotarmos este desenho experimental, já que ele envolveria a distribuição aleatória de beneficiários e não beneficiários, o que pode gerar questionamentos éticos: em que medida temos o direito de privar sujeitos de receberem determinados benefícios, única e exclusivamente por um sorteio e não por outros critérios? Justamente por isso o delineamento experimental em pesquisas de avaliação de programas é pouco utilizado.

As pesquisas quase-experimentais, assim como as pesquisas experimentais, são planejadas para responder questões sobre causas e efeitos; porém, em situações em que os experimentos não podem ser realizados. Nestas pesquisas, são apenas observadas e comparadas as situações que já estão dadas. Desta forma, diferente da pesquisa experimental, onde o pesquisador cria a situação para experimentar, na quase-experimental o tratamento não é dado pelo pesquisador.

Ao se observar a escolha e a seleção dos grupos a serem pesquisados, pode-se perceber que esta seleção ocorre “naturalmente”, isto é, o pesquisador não define quem vai receber o tratamento e quem não vai, mas trabalha com uma realidade já dada. Em um estudo que pesquisa a situação de crianças que sofrem violência, por exemplo, a pesquisa analisará um grupo de crianças que sofrem violência e outro grupo de crianças que não sofre. Assim, não é o pesquisador que submeterá as crianças à violência.

Uma questão importante é que os grupos “naturalmente” selecionados devem ser semelhantes e representativos, pois somente assim serão comparáveis. Por exemplo, compararam-se duas comunidades com as mesmas características sócio-econômicas, em que numa delas foi instituído um programa de turismo rural e na outra não. Verifica-se, então, se as alterações naquela comunidade onde foi instalado o programa podem ser decorrentes dele. São necessárias informações, dessa forma, sobre os pesquisados antes do tratamento e após o tratamento.

Veja o exemplo abaixo da pesquisa sobre Revisão Cadastral apresentada desde o início dessa aula. Nela, optou-se por um delineamento transversal, quase-experimental. Esta opção é notável por dois fatores: 1) porque os grupos foram estabelecidos aleatoriamente, ou seja, a **amostra** foi selecionada por sorteio independente da escolha do pesquisador e, 2) os dois grupos selecionados passaram por um mesmo processo (bloqueio de benefício por não atualização cadastral em 2010), mas foram divididas em grupos (desbloqueados, revertidos e cancelados) e comparadas de acordo.

exemplo revisão cadastral

DEFINIÇÃO DOS GRUPOS E AMOSTRA

Trata-se de pesquisa de delineamento transversal e abordagem metodológica quantitativa. Foram coletados dados com os gestores municipais do Programa Bolsa-Família e beneficiários nos 148 municípios sorteados para a amostra.

[...]

Para definição da amostra, considerou-se como universo o conjunto de famílias beneficiárias do PBF que faziam parte da revisão cadastral de 2010 e que tiveram seus benefícios bloqueados por não atualização do cadastro.



RAMOS, Marília. Avaliação de Políticas e Programas Sociais: Aspectos Conceituais e Metodológicos. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 2009.

Em resumo:

Quadro 5 - Síntese das diferenças entre pesquisas experimentais e quase-experimentais

pesquisas experimentais	pesquisas quase-experimentais
Tipo de delineamento que normalmente usa seleção aleatória, onde um grupo experimental é especialmente criado (submetido a um estímulo ou situação) para ser comparado a um grupo de controle (privado do estímulo). Estas características permitem maior confiança nas verificações de relações de causa e efeito.	Pesquisas que envolvem participantes e não participantes de uma intervenção. Quando a participação não ocorre de forma aleatória (por sorteio, por exemplo), mas sim por algum critério ou decisão do participante.

Fonte: elaboração própria



NESTA AULA VOCÊ APRENDEU QUE

- ✓ O uso de métodos e técnicas de coleta de dados garantem a confiabilidade dos dados obtidos em uma pesquisa;
- ✓ Métodos são entendimentos mais amplos sobre como a pesquisa deve ser feita. Já as técnicas são procedimentos mais operacionais para a obtenção de informações;
- ✓ A escolha dos métodos e técnicas dependem da pergunta e dos objetivos da pesquisa;
- ✓ Existe um conjunto métodos e técnicas que usualmente são utilizados em pesquisas de avaliação.

REFERÊNCIAS

BAUER, Martin; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa**: Com Texto, Imagem e Som. Vozes: Petrópolis, 2002.

GIL, Antônio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas p. 49-58, 2008.

GOLDENBERG, Miriam. **A Arte de Pesquisar**: Como Fazer Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

MAY, Tim. **Pesquisa Social**. Questões, Métodos e Processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PEREIRA, Alexandre. **SPSS: Guia Prático de Utilização e Análise de Dados para Ciências Sociais e Psicologia**. Lisboa: Edições Sílabo, p. 70-73, 2004.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Elementos para Uma Análise de Discurso Político**. Barbarói. Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 5, p. 78-109, dez 2005.

RAMOS, Marília P. **Pesquisa Social: Abordagem Quantitativa com Uso do SPSS**. Porto Alegre: Escritos, cap. 7, 2014.

REGO, Walquiria; PINZANI Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: Autonomia, Dinheiro e Cidadania**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

VAZ, Alexander et al. Estudos Avaliativos com Base na Integração de Registros Administrativos: a Experiência de Integração do Cadastro Único para Programas Sociais, Programa Bolsa Família e Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Cadernos de Estudos: Desenvolvimento Social em Debate**, n.17, 2014.

ANÁLISE, APRESENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DOS RESULTADOS



Olá!

Nesta aula conheceremos como os resultados de uma pesquisa de avaliação são apresentados, assim como o relatório final e a disseminação dos resultados para outras pessoas, instituições governamentais, seminários, congressos, encontros, dentre outros.

Para compreendermos mais claramente tais tópicos, exemplificaremos algumas pesquisas de avaliação de duas cartilhas elaboradas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome conjuntamente com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. São pesquisas já realizadas ou que ainda estão em execução pelo MDS que servirão, também, como subsídios para a interpretação dos resultados e identificação das metodologias utilizadas na avaliação de programas sociais.

Uma ótima aula a todos!



OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Nesta aula você vai aprender:

- Quais são as técnicas de análise mais utilizadas em pesquisas de avaliação;
- Quais os elementos que compõem um relatório final;
- De que maneira pode-se disseminar os resultados de uma pesquisa de avaliação;
- De que maneira a SAGI dissemina os resultados de suas pesquisas;
- Quais são algumas das pesquisas realizadas pela SAGI e de que maneira elas se estruturam.



leitura obrigatória

JANUZZI, Paulo de M. **A Produção de Informação e Conhecimento para Aprimoramento das Políticas e Programas de Desenvolvimento Social:** Princípios, Conceitos e Caracterização das Pesquisas de Avaliação Realizadas pela SAGI/MDS de 2011 a 2014. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Cadernos de Estudos: Desenvolvimento Social em Debate. Brasília, n. 16, 2014.

SUMÁRIO DA AULA 4

• Análise e apresentação de resultados de pesquisa	66
Análise Qualitativa de Dados	66
Análise Quantitativa de Dados	68
Tabelas	70
Gráficos	71
• Elaboração do Relatório Final	72
Estrutura do relatório	73
• Como são divulgadas as pesquisas de avaliação do MDS?	74
• Exemplos de pesquisa da SAGI	77
Pesquisa 1	77
Pesquisa 2	78
Pesquisa 3	80
Pesquisa 4	82
Pesquisa 5	84
Pesquisa 6	85
Pesquisa 7	87
Pesquisa 8	89

ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS DE PESQUISA

Depois da etapa de coleta, o desafio é analisar os dados levantados pela pesquisa. Para tanto, existe um conjunto de técnicas qualitativas e quantitativas que serão apresentadas a seguir.

ANÁLISE QUALITATIVA DE DADOS

A análise qualitativa dos dados pode ser feita através da análise de conteúdo ou de discurso.

a ANÁLISE DE CONTEÚDO

Nessa técnica, o pesquisador reúne todos os dados coletados durante a pesquisa. São ideais para análise de conteúdo materiais como transcrições de entrevistas ou grupos focais ou outros documentos (leis, cartas, diários, notícias de jornais e revistas, obras literárias, etc.). Após organizar todo o seu material de pesquisa, o pesquisador passa para a etapa de categorização de seus dados. Esse é o principal momento da análise de conteúdo. A categorização consiste na separação de trechos do texto analisado em categorias criadas pelo pesquisador, a partir do seu referencial teórico ou do tema que está pesquisando.

Imagine que, durante uma entrevista, o pesquisador pergunte a opinião do entrevistado sobre o Programa Bolsa-Família e obtenha a seguinte:

“Acho o Bolsa-Família uma política importante de transferência de renda. Essa história de que o Bolsa incentiva as pessoas a se acomodarem é mentira. Ninguém se contenta com esse valor. As pessoas querem trabalhar, conseguir o seu dinheiro. O Bolsa é apenas o primeiro passo para sair da pobreza.”

O trecho acima pode ser classificado em diversas categorias, dependendo do objetivo da pesquisa. Por exemplo, pode-se classificá-lo nas categorias Opinião favorável ao Bolsa Família, Trabalho e Bolsa Família, Mitos do Bolsa Família, etc. A categorização pode ser feita com o auxílio de *softwares* como o Nvivo, o WebQDA e o Atlas.ti, dentre outros.

Através da classificação de trechos do texto em categorias analíticas, a análise de conteúdo atinge os seus objetivos de **sistematizar temas, interpretações, tipologias de opinião, dentre outros aspectos**, facilitando a compreensão dos dados coletados.

b ANÁLISE DE DISCURSO

Quando um psicanalista analisa o sonho de um paciente, ele não está interessado na história do sonho em si. A ele interessa o que o sonho simboliza sobre a realidade de seu paciente. De maneira semelhante, a análise não tem como objeto o texto em si, mas sim as **construções ideológicas** que estão por trás do texto.

Ao contrário da análise de conteúdo, que centra sua análise na mensagem expressa pelo texto, a análise de discurso tem como foco o modo como é construído o argumento e como essa construção **reflete a realidade social** vivida pelo interlocutor, com suas hierarquias de valores, argumentos e representações.

Para a análise de discurso, todo discurso é uma construção social. Ele reflete não apenas a visão de mundo de quem o produz, mas também da sociedade em que se vive. A partir de sua análise, é possível entender o contexto social no qual ele é produzido.



Exemplos de Análise de Conteúdo:
REGO, Walquiria;
PINZANI Alessandro.
Vozes do Bolsa Família: Autonomia, Dinheiro e Cidadania. São Paulo: Editora UNESP, 2013.



BAUER, Martin. Análise de Conteúdo Clássica: Uma Revisão. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa: Com Texto, Imagem e Som**. Vozes: Petrópolis, 2002.

PINTO, Celi. **Elementos para uma Análise de Discurso Político**. Barbarói, v. 24, p. 87-118, 2006.

ANÁLISE QUANTITATIVA DE DADOS

A análise quantitativa de dados pode ser feita através de técnicas descritivas (frequência e cruzamentos) ou técnicas inferenciais (modelos estatísticos).



FREQUÊNCIA E CRUZAMENTOS

As análises quantitativas mais comuns são as frequências. **Frequência** é a contagem de alguma coisa. Esse tipo de análise permite verificar a prevalência de um fenômeno na amostra. A tabela do exemplo abaixo mostra a contagem de pessoas muito satisfeitas, mais ou menos satisfeitas ou insatisfeitas com a sua situação financeira familiar. Ou seja, foi realizada a contagem de quantos elementos optaram por cada uma dessas categorias quando responderam a questão sobre satisfação financeira familiar. É uma tabela de frequência.

Tabela 1 - Satisfação financeira familiar

	Frequência	Percentual
Muito satisfeito	22	25,6
Mais ou menos	42	48,8
Insatisfeito	22	25,6
Total	86	100,0

Fonte: elaboração própria.

A tabulação de diversas categorias e as suas frequências formam as distribuições de frequências. As distribuições de frequência também podem conter a porcentagem de cada uma das categorias. Essa tabulação pode ser realizada por softwares específicos, como Excel e o SPSS.

Embora as tabelas de frequência sejam instrumentos importantes para a descrição dos dados, muitas vezes é preciso ir além. Para isso, é interessante utilizar as análises de cruzamento de variáveis. Para realizar um cruzamento, é necessário partir de uma relação hipotética entre duas variáveis.

Na tabela abaixo, do exemplo, as variáveis escolhidas foram o grau de satisfação de beneficiários de um determinado programa e a sua

região de moradia. A relação hipotética da qual está se partindo para a construção dessa tabela é a de que a satisfação com o programa está relacionada com a região de moradia do indivíduo.

Tabela 2 - Satisfação dos beneficiários com o Programa por região de moradia

	Nordeste	Sul
Muito satisfeito	25,6	21,2
Mais ou menos	48,8	48,5
Insatisfeito	25,6	30,3
Total	100%	100%
N	86	33

Fonte: elaboração própria.

por que as porcentagens foram calculadas pelas colunas?

Porque parte-se da hipótese de que o grau de satisfação com o programa depende da região de moradia da pessoa. De acordo com essa hipótese, a região de moradia é a variável independente e o grau de satisfação do programa é a variável dependente, isto é, que é afetada pela variável independente. Por convenção, as porcentagens são sempre calculadas onde está a **variável independente**.



PEREIRA, Alexandre. **SPSS: Guia Prático de Utilização e Análise de Dados para Ciências Sociais e Psicologia**. Lisboa: Edições Sílabo, p. 70-73, 2004.

RAMOS, Marília. **Pesquisa Social: Abordagem Quantitativa com Uso do SPSS**. Porto Alegre: Escritos, cap. 7, 2014.

Conforme visto na aula 2, sempre que se está trabalhando com amostras, deve-se realizar testes estatísticos que digam qual a probabilidade da tendência encontrada na amostra ocorrer na população de onde ela foi extraída. Para generalizar a tendência encontrada em um cruzamento, é necessário fazer testes estatísticos mais avançados que confirmem essa tendência.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos aspectos metodológicos abordados nesse curso:

Quadro 1 - Resumo dos aspectos metodológicos

abordagem	métodos	técnicas de coleta de dados	técnica de análise de dados
qualitativa	<ul style="list-style-type: none"> Estudos de caso, Etnografia, histórias de vida (biográfico). 	<ul style="list-style-type: none"> Entrevistas semi-estruturadas ou não estruturadas, Grupos focais, Observação participante. 	<ul style="list-style-type: none"> Análise de Conteúdo e de Discursos.
quantitativa	<ul style="list-style-type: none"> Levantamentos de campos (<i>surveys</i>), Censos. 	<ul style="list-style-type: none"> Questionários 	<ul style="list-style-type: none"> Tabelas de frequências, cruzamentos, testes estatísticos.

Fonte: elaboração própria.

Com base nessas informações sobre as técnicas e os métodos de coleta e análise de dados, serão exploradas, a seguir, as formas de apresentação dos resultados de pesquisas.

Os resultados da análise dos dados podem ser apresentados em vários formatos. No caso dos resultados de análises quantitativas, as formas mais utilizadas são as tabelas e os gráficos.

TABELAS

As tabelas podem apresentar dois formatos: de dados brutos ou analíticas.

- **Tabelas com dados brutos:** é o caso das tabelas de frequência, que apresentam a simples contagem da aparição de um elemento.

Tabela 3 - Notas dos alunos em um teste

Alunos	Nota em um teste
Pedro	5,6
Ana	7,8
Maria	10,0
José	8,0
João	8,6
Carlos	5,6
Teresa	4,5
Vanessa	9,0

Fonte: elaboração própria.

A tabela acima sistematiza as notas de alunos em uma prova. Nota-se que os dados não passaram por nenhum tratamento estatístico, sendo apresentados de forma bruta.

- **Tabelas analíticas:** apresentam os resultados de algum tipo de manipulação dos dados brutos. É o caso das tabelas de porcentagem.

Tabela 4 - Porcentagem de alunos por nota em teste

Notas em um teste	Porcentagem
3-5	20
+5-8	50
+8-10	30

Fonte: elaboração própria.

Na tabela acima, foram criadas faixas de notas e se calculou a porcentagem de alunos que obtiveram notas dentro de cada faixa. Ou

seja, os **dados brutos** (notas dos alunos) **foram manipulados** a fim de obter os percentuais de alunos que tiraram notas em cada uma das faixas.

algumas regras para a elaboração de tabelas

- A tabela deve ter um título. O título normalmente é antecedido da palavra tabela e do nº da tabela;
- Tabelas são sempre abertas dos lados. Quando as bordas laterais são fechadas, tem-se quadros, que são mais adequados para exposição de texto;
- Toda a tabela deve indicar sua fonte na parte inferior.

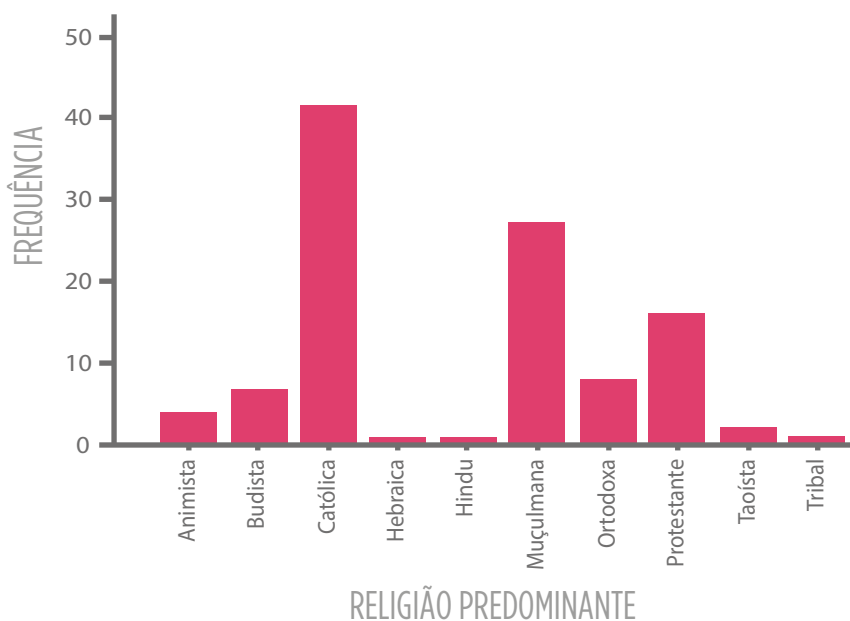
As tabelas não são o único meio de apresentação da quantificação de dados. Os gráficos também podem ser um instrumento importante para esse fim, como pode ser visto a seguir.

GRÁFICOS

Os gráficos são muito usados, pois facilitam a visualização da informação. Entretanto, não se pode utilizar qualquer gráfico para apresentar uma informação. Para cada tipo de dado existe um gráfico específico, mais adequado para sua exposição, como, por exemplo, gráficos de barra ou histogramas.

- **Gráficos de Barra:** São gráficos em que as colunas estão colocadas lado a lado, mas não se tocam. Devem ser utilizados para variáveis **sem valor decimal**.

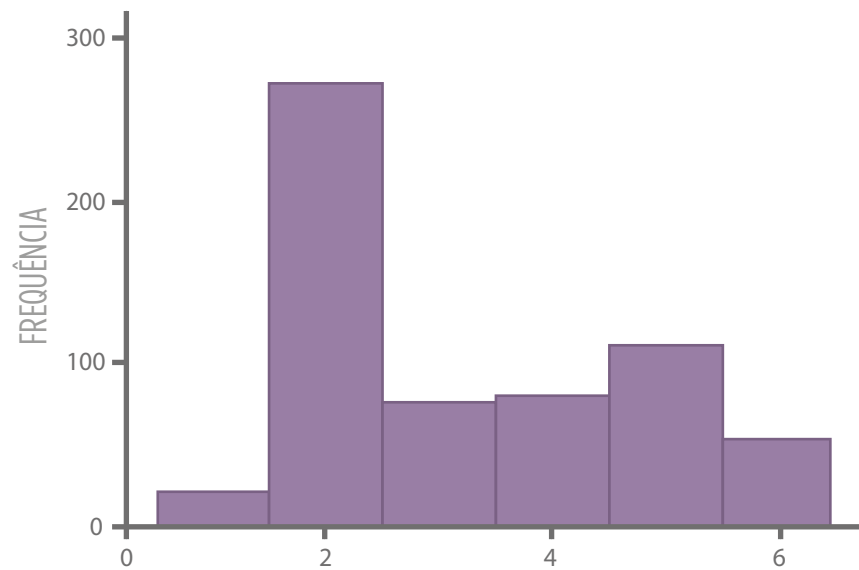
Figura 1 - Exemplo de Gráfico de Barras



Fonte: elaboração própria.

• **Histograma:** gráfico em que as barras tocam-se. É utilizado para variáveis que possuem casas decimais.

Figura 2- Exemplo de Histograma



Fonte: elaboração própria.

Determinada a forma de apresentação dos dados de uma pesquisa, parte-se para a elaboração do relatório final, que será apresentado a seguir.

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL

O relatório é a parte final de uma pesquisa. O seu objetivo é apresentar o resultado da pesquisa de modo que o leitor compreenda quais as informações obtidas, como foram obtidas e quais as conclusões que o pesquisador extrai dessas informações.

propósitos gerais de um relatório

- Apresentar a pergunta, procedimentos para obtenção de informações e informações obtidas;
- Comunicar os resultados da pesquisa;
- Realizar uma análise, chegando a conclusões e recomendações sobre o tema pesquisado.

O formato dos relatórios pode variar de acordo com o público ao qual ele é destinado. Contudo, existe um conjunto de elementos que normalmente estão presentes em qualquer relatório, que serão explorados a seguir.

ESTRUTURA DO RELATÓRIO

Um relatório apresenta a seguinte estrutura:

a SUMÁRIO EXECUTIVO:

Contendo uma síntese do que será apresentado no relatório.

b INTRODUÇÃO:

A introdução deve conter:

- A apresentação do tema de pesquisa;
- A exposição do problema e das hipóteses de pesquisa;
- Os objetivos da pesquisa;
- A justificativa da realização da pesquisa;
- A apresentação do objeto a ser estudado.

c DESENVOLVIMENTO

No desenvolvimento são apresentadas:

- **A caracterização do objeto:** contendo uma descrição aprofundada, baseada em dados, do objeto em estudo.
- **O esquema de investigação:** explicitando os procedimentos utilizados para obtenção de dados, fontes onde os dados foram coletados, justificativa para escolhas de método e técnicas de pesquisa.
- **A apresentação e análise dos dados:** com a exposição dos dados obtidos, a análise dos dados e a interpretação dos resultados encontrados na análise.

d CONCLUSÕES:

As conclusões apresentam as principais descobertas da pesquisa em que se destacam as contribuições e limitações da mesma e expõe as recomendações de mudança no programa analisado.

e ANEXOS

Em que são incluídas tabelas, quadros, fotos, gráficos, figuras, roteiro de entrevistas e questionários que não constaram no texto principal do relatório.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Contendo os livros, artigos e outros tipos de documentos citados durante o relatório. Devem ser colocados de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

disseminação dos resultados para o aprimoramento da gestão de programas sociais

Os achados de uma pesquisa de avaliação de um programa também podem ser úteis para outros programas, com propostas similares. Por esse motivo, é importante compartilhar os resultados obtidos. A disseminação dos resultados pode ser feita pela internet ou em apresentações em seminários sobre o tema.



atenção!

Antes de utilizar uma pesquisa de avaliação disponibilizada por terceiros, certifique-se de que a avaliação produziu dados confiáveis, baseados em métodos robustos.

Para compartilhar os dados de uma pesquisa, é preciso garantir a preservação do anonimato das pessoas pesquisadas

COMO SÃO DIVULGADAS AS PESQUISAS DE AVALIAÇÃO DO MDS?

A Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação encomenda pesquisas para avaliação dos programas coordenados pelo MDS. Para isso, estabeleceu-se uma rotina de procedimentos que envolve os seguintes passos: a definição do problema, a elaboração dos termos de referência de pesquisas, a contratação, o acompanhamento, a divulgação dos resultados.

Desde 2004, mais de 130 pesquisas de avaliação foram realizadas pelo MDS. Seus resultados são divulgados no portal de pesquisas de avaliação da SAGI (http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/sum_executivo/pg_principal.php?url=abertura). Em razão do grande volume de dados, as informações das pesquisas são divulgadas de forma gradativa.

No portal de pesquisas de avaliação da SAGI os resultados são disponibilizados de três formas:

a SUMÁRIO EXECUTIVO

Síntese de todos os elementos da pesquisa. Em determinadas situações, substituindo o sumário executivo, os resultados da pesquisa podem ser apresentados no portal por meio de artigo técnico-científico, publicação, relatório de pesquisa ou de estudo técnico específico.

b FICHA TÉCNICA

Forma simplificada de divulgação de resultados de uma pesquisa. Reúne dados institucionais relacionados ao contratante e o realizador da pesquisa. Esse formato compõe, por exemplo, a publicação “Caderno de Sínteses das Pesquisas de Avaliação de Programas Sociais do MDS”, que periodicamente reúne o conteúdo sintético de todas as pesquisas realizadas pela SAGI/MDS.

c MICRODADOS

Microdados são as informações individualizadas de uma pesquisa quantitativa. Cada resposta de cada indivíduo pesquisado está discriminada. Isso possibilita que, a partir desses dados, sejam realizados testes estatísticos mais complexos que, com os dados já agregados em grupos, não poderiam ser feitos. É importante ressaltar que, para a disponibilização desses dados, é fundamental garantir que o anonimato dos entrevistados seja preservado. Nenhum aspecto que permita revelar a identidade de um entrevistado pode ser publicizado.

Em até 1 (um) ano após o encerramento, os microdados são disponibilizados no Portal da Sagi, com o objetivo de permitir aprofundamento analítico das pesquisas por outros pesquisadores. Além da base de dados, são disponibilizados um dicionário de variáveis e os questionários utilizados.

d PUBLICAÇÕES

Além dos recursos previamente apresentados - sumário-relatórios, microdados-, a SAGI divulga suas pesquisas nos Cadernos de Estudos de Desenvolvimento Social, nos estudos técnicos da SAGI, em livros e revistas periódicas, como o RBMA. Elas também estão disponíveis no portal da SAGI (http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/nucleo/grupo.php?id_grupo=53).

Figura 3 - Capas de Publicações da SAGI



Fonte: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/nucleo/grupo.php?id_grupo=53.

e CAPACITAÇÃO

Com base nos princípios da Educação Permanente, as ações de formação desenvolvidas pelo Departamento de Formação e Disseminação (DFD) da SAGI procuram assegurar mais efetividade na gestão das políticas e programas do MDS, proporcionando espaços de reflexão e aprendizagem que proporcionem conhecimento conceitual e instrumental para enfrentar os permanentes desafios relativos às políticas sociais no Brasil. Os diferentes aspectos da operação dos programas, seus objetivos, as normas técnicas, os públicos atendidos, os problemas recorrentes, as soluções específicas encontradas em um ou outro local são alguns temas que, ao serem explicitados de forma adequada para os agentes públicos e sociais envolvidos, podem contribuir para sucesso das políticas e programas.

Dentre as iniciativas de capacitação em políticas de desenvolvimento social organizadas pelo DFD para agentes das três esferas de governo, destacam-se o Programa CapacitaSUAS, planejado em parceria com a SNAS; o CapacitaSAGI, com ações implementadas com o Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV/UFRGS); o Programa de Aperfeiçoamento em Políticas de Desenvolvimento Social, com apoio da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP); o Ciclo de Atualização de Servidores do MDS, em parceria com a Coordenação Geral de Recursos Humanos do MDS (CGRH/MDS) e as oficinas EaD SAGI.



Estudo Técnico SAGI 22/2014 Formação em monitoramento e avaliação: A experiência da SAGI e CEGOV na capacitação de agentes públicos estaduais e municipais. Disponível em: <http://goo.gl/sMkgWK>

EXEMPLOS DE PESQUISA DA SAGI

A seguir serão apresentadas algumas das pesquisas de avaliação realizadas pela SAGI/MDS e que foram incluídas em dois documentos: Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate – Síntese das Pesquisas de Avaliação de Programas Sociais do MDS 2011-2014 (número 16) e Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome.

PESQUISA 1: AVALIAÇÃO DA NOVA MODALIDADE DE CONCESSÃO DO BPC À PESSOA COM DEFICIÊNCIA (CIF)¹

● **OBJETIVO:** Avaliar, a partir dos profissionais do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), os alcances e limitações do novo modelo para concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas que possuem deficiência que as incapacitam a ter uma vida independente, especialmente em relação ao trabalho, com base na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF).

● **MÉTODO:** Qualitativo. Os dados foram coletados a partir de grupos focais compostos por médicos peritos e assistentes sociais do INSS desde o início da implementação do novo modelo de avaliação baseado no CIF. Formaram-se dez grupos focais, cinco com 10 assistentes sociais, em média, e os outros cinco com 8 médicos peritos, em média. Foram escolhidas cinco cidades brasileiras: Brasília/DF, Belo Horizonte/MG, Recife/PE, São Paulo/SP e Porto Alegre/RS. Os grupos focais duraram, em média, duas horas e as dinâmicas foram gravadas, com consentimento dos participantes, e transcritas para análise posterior.

● **PRINCIPAIS RESULTADOS:** De acordo com os participantes, o instrumento não está captando os reais beneficiários devido à falta de capacitações e conscientização por parte da maioria dos profissionais sobre o significado e fins do BPC. Há, também, dificuldades na aplicação do instrumento de avaliação do BPC: grande número de avaliações diárias impossibilitando a realização de outros trabalhos importantes e, ainda, a presença de um pequeno número de profissionais para atendimento à demanda.

Os grupos manifestaram a vontade de fixar as conversas no contexto, no processo de implementação no BPC, no ambiente que permeia a concessão e, principalmente, aproveitar o momento de integração para a retirada de dúvidas, especialmente sobre o questionário. Constata-se, portanto, que há uma carência de encontros periódicos para a troca de informações e experiências sobre o processo de concessão entre os profissionais.

(1) Executada por pessoa física, Mariane Miguel Chaves e Cristiane Torisu Ramos durante o período de setembro de 2010 a julho de 2011.



atenção!

As pesquisas apresentadas a seguir estão resumidas. Para visualizá-las na íntegra, acesse o material complementar

aula
4

Quadro 2 - Sistematização de pesquisa de avaliação, o caso da Avaliação da Nova Modalidade de Concessão do BPC à Pessoa com Deficiência (CIF)

pesquisa	Avaliação da Nova Modalidade de Concessão do BPC à Pessoa com Deficiência (CIF)
objetivo	Avaliar, a partir da participação de profissionais do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), os alcances e limitações do novo modelo para concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas que possuem deficiência que a incapacita a ter uma vida independente
objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar e demonstrar potencialidades e limitações dos processos de trabalho de assistentes sociais e médicos peritos; • Explicitar o processo de aplicação do questionário aos beneficiários; • Identificar possíveis demandas de assistentes sociais e médicos peritos.
abordagem	Qualitativa
técnicas de pesquisa	Grupos focais
amostra	10 grupos focais: 5 deles com 10 assistentes sociais, em média; e outros 5 com 8 médicos peritos, em média. Total de 90 profissionais, em média.

Fonte: elaboração própria com base nas informações dos Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate – Síntese das Pesquisas de Avaliação de Programas Sociais do MDS 2011-2014 (número 16) e Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome

PESQUISA 2: AVALIAÇÃO DO IMPACTO DOS PROGRAMAS SOCIAIS ADMINISTRADOS PELO MDS NO VALE DO JEQUITINHONHA – MG²

● **OBJETIVO:** Analisar o impacto e avaliar as contribuições para a integração dos programas sociais, especificamente o Programa Bolsa Família. Captar os impactos que as iniciativas tiveram na vida dos beneficiários em contrapartida aos não beneficiários da Região do Vale do Jequitinhonha – MG.

● **MÉTODO:** Quantitativo. Foi utilizada uma amostra de 10.000 famílias, sendo 2.000 titulares divididos em 1.000 beneficiários e 1.000 não beneficiários, e 8.000 reservas, também divididos em 4.000 beneficiários e 4.000 não beneficiários. As famílias da mostra foram sorteadas aleatoriamente a partir do Cadastro Único de residentes do Vale do Jequitinhonha, o qual, na época, abrangia, aproximadamente, 130.000 famílias.

De acordo com o cadastro, o número de famílias beneficiárias é menor do que o de não beneficiárias; portanto, optou-se por sortear primeiro os indivíduos não beneficiários e conhecer seus locais de residência, para depois sortear, nesses mesmos municípios, as famílias beneficiárias.

Foram sorteadas 1.000 famílias não beneficiárias, sendo 333 do Alto Jequitinhonha, 333 do Médio Jequitinhonha e 334 do Baixo Jequitinhonha. Tais famílias abrangiam 51 municípios e 431 localidades distintas

(2) Executada pela Datamétrica – Consultoria, Pesquisa & Telemarketing durante o período de fevereiro de 2008 a março de 2009.

(distritos, bairros, fazendas e etc.), que compuseram o universo para sorteio das famílias beneficiárias (1.000) e as reservas dos dois grupos (4.000 beneficiários e 4.000 não beneficiários).

Foram utilizadas duas metodologias para análise dos dados. A primeira consiste em testar, estatisticamente, as médias e proporções de um conjunto de variáveis, demonstrando as diferenças entre as famílias beneficiárias (grupo tratamento) e não beneficiárias (grupo controle). A segunda, de natureza econométrica, denomina-se *Propensity Score*. Tal modelo, parte do princípio de que existe heterogeneidade entre o público-alvo do PBF e que estes, sejam de fato beneficiários ou não, podem ser alocados em ordem crescente quando se tomam como referência os critérios objetivamente definidos para selecionar os beneficiários.

A heterogeneidade do grupo-meta (das duas categorias) é visualizada conforme a aplicação das variáveis: a) a situação do chefe da família, b) a composição familiar c) a composição e valor da renda familiar, d) a riqueza familiar; e) as condições da habitação e etc. Ao comparar os valores das variáveis aplicadas, cada família foi colocada em ordem crescente, adquirindo também um número-síntese que representa a sua probabilidade de ser selecionada para o programa.

● **PRINCIPAIS RESULTADOS:** Traçando um perfil das famílias participantes da pesquisa, percebeu-se que as beneficiárias são, em média, um pouco maiores que as do grupo controle e, considerando a renda familiar (total e *per capita*), verificou-se, em média, que é mais elevada nas famílias pertencentes ao grupo controle. No que diz respeito à escolaridade, há praticamente o mesmo número de analfabetos nos grupos controle e tratamento. No entanto, na questão do tempo médio de permanência na escola, percebeu-se uma superioridade do grupo controle.

Não foram encontradas diferenças significativas entre os dois grupos, em relação ao fornecimento de infraestrutura disponível no local da residência, considerando os seguintes aspectos: origem da água potável, destino das águas servidas (esgoto), disponibilidade de energia elétrica e presença de cisternas (para os habitantes rurais).

Ao analisar as evidências de forma conjunta, e levando em consideração os objetivos do PBF, notou-se que o grupo controle encontra-se, em geral, em melhores condições em todas as variáveis testadas, comparando com o grupo beneficiário. Acredita-se que o número de indivíduos e a frequência de aposentados e pensionistas nas famílias são variáveis que mais determinam a inclusão ou não no PBF, pois se configuram como os principais indicadores da diferença de renda *per capita* entre os dois grupos.

● **IMPACTOS MAIS SIGNIFICATIVOS:** Para testar a hipótese de que o PBF teve impacto sobre os beneficiários, como a diminuição das desigualdades existentes, tomou-se como base a situação atual das famílias pesquisadas que apresentam renda *per capita* compatível com aquela que as famílias do grupo tratamento tinham antes de ingressarem no programa.

Considerando as distribuições de frequências das diversas

variáveis para o conjunto das famílias do grupo controle – mas apenas as famílias com renda *per capita* igual ou inferior a R\$ 83,00 (oitenta e três reais) – e testando as diferenças entre as médias dessas distribuições e aquelas correspondentes às famílias pertencentes ao grupo dos beneficiários, chegou-se a seguinte conclusão: as condições de vida dos beneficiários teriam de fato evoluído após o seu ingresso no Programa. Essa evolução, entretanto, foi discreta e não contemplou a maior parte dos objetivos esperados. Houve melhoria das condições de habitação quanto ao uso de energia elétrica e de banheiro; algumas pessoas começaram a frequentar cursos de capacitação sobre gestação e cuidados com os bebês e, em algumas famílias, o acesso ao crédito e acompanhamento das suas atividades tornaram-se mais frequentes.

Quadro 3 - Sistematização da pesquisa de avaliação, o caso da Avaliação do Impacto dos Programas Sociais Administrados pelo MDS no Vale do Jequitinhonha – MG

pesquisa	Avaliação do Impacto dos Programas Sociais Administrados pelo MDS no Vale do Jequitinhonha – MG
objetivo	Analisar o impacto e avaliar as contribuições para a integração dos programas sociais, especificamente o Programa Bolsa Família.
objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Captar os impactos que as iniciativas tiveram na vida dos beneficiários, em contrapartida aos não beneficiários; • Traçar os perfis das famílias beneficiárias e não beneficiárias do PBF;
abordagem	Quantitativa
técnicas de pesquisa	Pesquisa amostral com entrevista estruturada
amostra	10.000 famílias, sendo 2.000 titulares divididos em 1.000 beneficiários e 1.000 não beneficiários, e 8.000 reservas, também divididos em 4.000 beneficiários e 4.000 não beneficiários.

Fonte: elaboração própria com base nas informações dos Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate – Síntese das Pesquisas de Avaliação de Programas Sociais do MDS 2011-2014 (número 16) e Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome

PESQUISA 3: PESQUISA DE AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO COM CRIANÇAS MENORES DE CINCO ANOS DE IDADE, RESIDENTES NO SEMIÁRIDO³

● **OBJETIVO:** Descrever o quadro atual de segurança alimentar e nutricional, assim como o perfil sócio-econômico das famílias com crianças menores de cinco anos inscritas no Cadastro Único.

(3) Executada por Indago Consultoria Ltda.

Avaliar o “Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido Brasileiro: Segurança e Soberania Alimentar Através do Acesso e Manejo Sustentáveis da Terra e das Águas” - P1+2 por meio de dois grupos: o primeiro de famílias beneficiárias efetivas do programa e o segundo de famílias potenciais para o programa que ainda não foram cadastrados.

● **MÉTODO:** Quantitativo. Previu a realização de entrevistas em domicílios de famílias inscritas no CadÚnico e que tinham dentre seus moradores pelo menos uma criança com menos de cinco anos de idade. Foram coletados dados antropométricos (peso e altura) de todas as crianças nesta faixa etária do domicílio e a captura automática das coordenadas geográficas dos domicílios visitados.

O acesso aos dados das famílias inscritas no CadÚnico foi permitido mediante adesão da Contratada ao Termo de Responsabilidade pelo uso da base, ficando ela obrigada a resguardar a intimidade dos cadastrados e a zelar pela confidencialidade dos dados acessados, cumprindo fielmente o disposto no Termo de Responsabilidade e no Decreto n.º 6.135, de 26 de julho de 2007.

● **PRINCIPAIS RESULTADOS:** Pessoas entrevistadas em 17.624 domicílios, distribuídos em 375 municípios em nove estados da região do Semiárido brasileiro. Nestes domicílios, coletaram-se informações sobre 74.587 pessoas e foram realizadas medições antropométricas em 20.928 crianças com até cinco anos de idade (incompletos).

A taxa de analfabetismo entre os responsáveis pelo domicílio é maior nas áreas rurais (12,8%) do que urbanas (8,9%). Enquanto quase a metade (49,2%) dos responsáveis na área rural possui grau de escolaridade até a quinta série completa (sexto ano do ensino fundamental), nas zonas urbanas a metade dos responsáveis (50,4%) possui a sétima série completa (oitavo ano), indicando uma escolaridade maior nestas áreas.

Por sua vez, a cobertura do PBF atinge 92,5 % dos elegíveis (79,6% das famílias). Aplicando-se a Escala Brasileira e Insegurança Alimentar (EBIA), considerando a preocupação com o assunto (IA leve), a diminuição de variedade e quantidade de alimentos disponíveis (IA moderada) e a diminuição do número de refeições realizadas (IA grave), verificou-se que no, universo investigado, a IA grave atinge ainda 17,3% das casas e a IA moderada cerca de um terço dos domicílios.

Quadro 4 - Sistematização de pesquisa de avaliação, o caso da Pesquisa de avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional de famílias inscritas no CadÚnico com crianças menores de cinco anos de idade, residentes no Semiárido

pesquisa	Pesquisa de avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional de famílias inscritas no CadÚnico com crianças menores de cinco anos de idade, residentes no Semiárido.
objetivo	Descrever o quadro atual de segurança alimentar e nutricional, assim como o perfil sócio-econômico das famílias com crianças menores de cinco anos inscritas no Cadastro Único.
objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Estimar a prevalência de eutrofia, de desnutrição e de excesso de peso em crianças menores de 5 anos de idade (usando indicadores Peso/Idade, Altura/Idade e Peso/Altura); • Estimar a prevalência de déficit de estatura em crianças menores de 5 anos de idade; • Estimar a prevalência de baixo peso ao nascer; • Avaliar a situação de segurança alimentar das famílias; • Descrever as características sócio-econômicas das famílias; • Avaliar a situação de ocupação das famílias; • Identificar e avaliar o acesso das famílias a serviços, benefícios e programas sociais e serviços públicos.
abordagem	Quantitativa
técnicas de pesquisa	Pesquisa amostral com questionário estruturado
amostra	74.587 pessoas e 20.928 crianças.

Fonte: elaboração própria com base nas informações dos Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate – Síntese das Pesquisas de Avaliação de Programas Sociais do MDS 2011-2014 (número 16) e Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome.

PESQUISA 4: DO PONTO DE VISTA DAS CRIANÇAS: UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

● **OBJETIVO:** Mostrar resultados do projeto de pesquisa “Do Ponto De Vista Das Crianças: o acesso, a implementação e os efeitos do Programa Bolsa-Família no semiárido nordestino”. Tal projeto avaliou o Programa Bolsa-Família considerando a opinião das crianças da cidade de Catingueira, Paraíba. Os dados da pesquisa utilizados foram aqueles levantados pelos próprios usuários quando o assunto foi o Programa Bolsa-Família - PBF. Os objetivos secundários consistem em demonstrar a expansão do consumo e discutir consequências desse fenômeno, analisar o papel da condicionalidade escolar na manutenção do benefício e discutir a imposição da frequência escolar para a população-alvo.

● **MÉTODO:** Qualitativo. Foi utilizada a técnica Observação Participante: presença de pesquisador como hóspede, por 5 dias, na casa de família beneficiada. Foram realizadas, também, Oficinas de Pesquisa, durante dois dias em dois turnos, com 6 grupos focais (técnica de pesquisa) com crianças de 06 a 08 anos de idade (2 grupos), 09 a 10 anos (2 grupos) e 11 a 12 anos (2 grupos).

Foi solicitado às crianças que desenhassem e escrevessem sobre o Programa Bolsa-Família e, posteriormente, apresentassem para os demais colegas e pesquisadores. As perguntas às crianças versavam sobre o entendimento e avaliação do Programa Bolsa Família, acesso ou não a bens de consumo e serviços infantis, empoderamento feminino e infantil, percepções de classe social, trabalho e escola.

● **INFORMAÇÕES IMPORTANTES E PERTINENTES:** o município de Catingueira, localizado no semiárido do estado da Paraíba, possui 4.812 habitantes e está dividido entre zona rural e urbana. A população de beneficiários do Programa Bolsa-Família é de 2.992 pessoas, ou seja, 62% da população total. Do ponto de vista da economia local, as famílias sobrevivem através da agricultura de subsistência, pequenos comércios, empregos na prefeitura e benefícios, como o PBF e as aposentadorias.

● **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** vale lembrar que o PBF garante o acesso a bens de consumo, mas, de outro lado, é a escola que garante a sua continuidade. Foi recorrente, em desenhos, a demonstração do acesso ao dinheiro, representado pelo cartão do benefício, a ida ao banco ou à casa lotérica e o próprio dinheiro (moedas e notas).

Como o benefício é endereçado às mães, observou-se que as crianças eram priorizadas no momento das compras, as quais também recebem diretamente o dinheiro (as mães geralmente repassam de R\$0,25 a R\$2,00/R\$5,00 para as crianças pequenas e até R\$15,00/R\$20,00 para os adolescentes). Acredita-se que isto funciona como incentivo à escolarização e como forma de recompensar a criança que se esforça nos estudos.

Entre os artigos mais consumidos por mães e seus filhos estão comidas, especialmente de crianças, chamadas de brebotos (bala, pelota, chocolate, chiclete, etc) e burigangas (pastel, sanduíche, coxinhas, etc), e entre os adolescentes estão artigos de beleza e de higiene, vestuário e diversão (*internet*).

Porém, constata-se, também, que o dinheiro do PBF é utilizado para garantir a alimentação das famílias extremamente pobres; fato também constatado pelas crianças. O dinheiro é empregado, também, para pagamento de contas mensais, de despesas com a farmácia, do parcelamento de bens (eletrodomésticos, moto), investimentos no incremento da renda familiar (gêneros para revenda) até a doação de dízimo para igreja evangélica e católica. O mesmo ocorre para compra de bens às crianças, como uma bicicleta, um celular, etc. Estas informações evidenciam o fenômeno do planejamento financeiro familiar.

Quanto à associação entre recebimento do benefício e a escolarização das crianças, o objetivo do PBF é que seja um motivador às famílias a mandarem seus filhos à escola. Na cidade pesquisada, observou-se uma relação muito forte entre o recebimento do benefício com a escola, pois as próprias crianças fazem uma associação direta entre esses dois elementos. Além disso, elas requerem o benefício, afirmando pertencer a elas, pois estão estudando, deixando explícito o entendimento da obrigatoriedade da presença escolar para a obtenção do dinheiro.

Quadro 5 - Sistematização de desenhos de pesquisa de avaliação, o caso da pesquisa Do Ponto De Vista Das Crianças: o acesso, a implementação e os efeitos do Programa Bolsa-Família no semiárido nordestino

pesquisa	Do Ponto De Vista Das Crianças: o acesso, a implementação e os efeitos do Programa Bolsa-Família no semiárido nordestino.
objetivo	Avaliar o Programa Bolsa-Família considerando a opinião das crianças da cidade de Catingueira, Paraíba.
objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Demonstrar a expansão do consumo como efeito do programa; • Analisar o papel da condicionalidade escolar na manutenção do benefício; • Discutir as consequências do aumento do consumo e da imposição da frequência escolar para a população-alvo.
abordagem	Qualitativa
técnicas de pesquisa	Multimétodo: observação participante e grupos focais
amostra	-

Fonte: elaboração própria com base nas informações dos Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate – Síntese das Pesquisas de Avaliação de Programas Sociais do MDS 2011-2014 (número 16) e Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome.

PESQUISA 5: O PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA NA VOZ DAS PESCADORAS ARTESANAIS DO LITORAL DE PERNAMBUCO

- **OBJETIVO:** Demonstrar os impactos do Programa Bolsa-Família através do discurso, construído por narrativas, em suas especificidades e particularidades, das pescadoras artesanais no litoral de Pernambuco.
- **MÉTODO:** Qualitativo. Entrevistas construídas coletivamente pelo Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade CNPq/UFRPE e coleta no Banco de Teses da Capes, de teses e dissertações relacionadas ao Programa Bolsa Família. Foram aplicadas 88 entrevistas – 88 mulheres – em 11 localidades de 10 municípios do litoral de Pernambuco.
- **PRINCIPAIS RESULTADOS:** Nas suas narrativas, ficou evidenciada a condição de exclusão social destas mulheres pescadoras, habitantes, muitas vezes em localidades sem infraestrutura, com dificuldades na rentabilidade do trabalho da pesca.

No entanto, ao ouvir as pescadoras sobre o recebimento do benefício, com condicionalidades, são evidenciados alguns traços de como o impacto do recebimento do benefício é marcante e importante para as comunidades e famílias das pescadoras beneficiárias, principalmente na alimentação, na vida escolar das crianças e na saúde de gestantes e recém-nascidos.

As pescadoras insistiram que existe uma demanda por creches, o que é evidenciado na presença das crianças muitas vezes com as mães nas atividades laborais, nos turnos em que não estão na escola. Também foi sinalizado que não existe onde deixá-las com segurança e ainda foi apontada que muitas contam com o benefício para pagar reforço escolar.

De modo geral, o benefício garante às famílias maior rendimento do que teriam numa intensificação, com as atuais condições, da extração e comercialização dos produtos da pesca, principalmente durante o inverno. No que se refere à alimentação, a maioria das entrevistadas relatou sobre mudanças positivas na dieta alimentar, ao informar sobre as possibilidades de consumir maior variedade e quantidade de alimentos e a inclusão de outras formas de proteínas, além de vegetais, frutas e alguns alimentos industrializados.

Quadro 6 - Sistematização de pesquisa de avaliação, o caso da pesquisa Programa Bolsa-Família na voz das pescadoras artesanais do litoral de Pernambuco

pesquisa	O Programa Bolsa-Família na voz das pescadoras artesanais do litoral de Pernambuco.
objetivo	Demonstrar os impactos do Programa Bolsa-Família através do discurso das pescadoras artesanais do litoral de Pernambuco.
objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Demonstrar o impacto do benefício sobre a alimentação das famílias; • Demonstrar o impacto do benefício sobre a vida escolar das crianças; • Demonstrar o impacto do benefício sobre a saúde de gestantes e recém-nascidos; • Demonstrar a contribuição do benefício sobre o rendimento familiar.
abordagem	Qualitativa
técnicas de pesquisa	Multimétodo: entrevistas e pesquisa documental (teses e dissertações)
amostra	88 mulheres pescadoras.

Fonte: elaboração própria com base nas informações dos Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate – Síntese das Pesquisas de Avaliação de Programas Sociais do MDS 2011-2014 (número 16) e Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome

PESQUISA 6: SEGURANÇA ALIMENTAR E ACESSO AOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- **OBJETIVO:** Avaliar o acesso aos programas de desenvolvimento social e combate à fome e à prevalência de insegurança alimentar e nutricional das famílias residentes em comunidades quilombolas do Estado do Rio Grande do Sul.

- **MÉTODO:** Quantitativo. Estudo transversal de base populacional, incluindo uma amostra representativa de famílias quilombolas do Estado do Rio Grande do Sul. A população de estudo foi composta por famílias localizadas em 22 comunidades quilombolas rurais e urbanas no estado. A amostra, de 634 pessoas, foi estimada levando-se em consideração a prevalência de insegurança alimentar moderada e grave na população negra do estado Rio Grande do Sul, segundo a PNAD 2009, de 9,5 %.

O levantamento de dados foi realizado entre os meses de maio e outubro de 2011 por meio de entrevistas domiciliares com um membro responsável pela família, utilizando-se questionários padronizados, pré-codificados e pré-testados. O questionário, com 120 questões, abordava diversos aspectos: condições demográficas, sócio-econômicas segundo critérios da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa - ABEP (2012), acesso ao Programa Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos e distribuição de Cestas a Grupos Específicos, Segurança Alimentar e Nutricional.

A amostra pode ser considerada representativa das comunidades quilombolas do Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista o cuidado metodológico na seleção desta, o alto percentual de indivíduos entrevistados e o baixo índice de perdas e recusas. Outro aspecto positivo foi a padronização dos métodos de coleta de dados, incluindo o rigoroso treinamento dos entrevistadores e o controle de qualidade durante todo o período do trabalho de campo.

- **PRINCIPAIS RESULTADOS:** É possível verificar que 2/3 das famílias pertencentes a comunidades quilombolas do Estado do Rio Grande do Sul têm acesso aos programas de Combate à Fome, Programa Bolsa-Família e “Distribuição de Cestas de Alimentos” e que o Programa de Aquisição de Alimentos é quase inexistente ou desconhecido pela ampla maioria das famílias. Observou-se que apenas metade (56%) das famílias com insegurança alimentar moderada ou grave já tinha recebido os programas anteriormente citados e que, daquelas que recebiam, a grande maioria (70%) estava em situação de insegurança alimentar. Ou seja, embora ainda pouco abrangente, o maior acesso aos programas de combate à fome nas comunidades quilombolas estão direcionados às populações mais vulneráveis.

Este estudo identificou uma elevada prevalência de insegurança alimentar entre as comunidades quilombolas do RS, o que chama por ação imediata, aumentando, por exemplo, o acesso e divulgação dos programas de combate à fome nessas populações. Além disso, seria importante a implementação de políticas sociais e de saúde que visam a promoção da igualdade racial, garantindo a melhoria no acesso aos bens, serviços e programas para todos os segmentos população.

Importante reforçar que o racismo constitui uma carga adicional para os grupos não dominantes, e a discriminação individual e institucional causa não só impactos negativos na vida e saúde deste segmento populacional, como também violação dos direitos humanos básicos. As desigualdades raciais no Brasil configuram-se como um fenômeno

complexo, constituindo-se em um enorme desafio para governos e para a sociedade em geral.

Quadro 7 - Sistematização de pesquisa de avaliação, o caso da pesquisa Segurança alimentar e acesso aos programas de desenvolvimento social e combate à fome de comunidades quilombolas do Estado do Rio Grande do Sul

pesquisa	Segurança alimentar e acesso aos programas de desenvolvimento social e combate à fome de comunidades quilombolas do Estado do Rio Grande do Sul
objetivo	Avaliar o acesso aos programas de desenvolvimento social e combate à fome e a presença de insegurança alimentar e nutricional das famílias residentes em comunidades quilombolas do Estado do Rio Grande do Sul.
objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Traçar as condições demográficas, sócio-econômicas e de moradia dos entrevistados; • Traçar o número de famílias que utilizam determinados programas sociais; • Traçar as condições de segurança alimentar dos responsáveis pelos domicílios; • Traçar os diferentes graus de insegurança alimentar dos responsáveis pelos domicílios.
abordagem	Quantitativa
técnicas de pesquisa	Pesquisa amostral com questionário estruturado
amostra	634 responsáveis pelos domicílios.

Fonte: elaboração própria com base nas informações dos Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate – Síntese das Pesquisas de Avaliação de Programas Sociais do MDS 2011-2014 (número 16) e Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome

PESQUISA 7: PESQUISA DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: SEGUNDA RODADA (AIBF II)

- **OBJETIVO:** Avaliar o impacto do Programa Bolsa Família sobre a melhoria do bem-estar das famílias beneficiárias do programa. Para isso, foram avaliadas as variáveis dependentes, i) gastos com alimentação; ii) diversificação dos itens de alimentação consumidos; iii) medidas antropométricas de crianças com menos de sete anos de idade e iv) gastos com educação, saúde, vestuário, dentre outros gastos da família.

Posteriormente, comparar os resultados obtidos nesta segunda rodada de 2009 (médio prazo) com os observados na rodada base de 2005 (curto prazo), destacando-se os impactos de cada rodada.

- **MÉTODO:** Qualitativo. Para esta segunda rodada de pesquisa (2009) foi utilizada a mesma amostra da rodada anterior (2005), a qual contou com entrevistas com i) famílias beneficiárias do PBF; ii) famílias que não eram beneficiárias, mas que estavam incluídas no Cadastro Único; iii) famílias não incluídas no Cadastro Único, mas com perfil semelhante as

das famílias cadastradas. No total, a pesquisa entrevistou, em 2005, 15.426 famílias, em 269 municípios de 23 estados e o Distrito Federal.

Na segunda rodada da pesquisa em 2009 houve “perda” de amostra, especialmente devido a dificuldades em localizar algumas famílias. A perda, contudo, foi considerada dentro dos padrões para pesquisas deste perfil tendo, portanto, 11.433 famílias entrevistadas novamente para que pudessem ser verificadas as mudanças nas suas condições de vida e determinar quais dessas mudanças poderiam ser atribuídas exclusivamente à sua participação no PBF.

● **PRINCIPAIS RESULTADOS:** Os resultados apresentados são referentes à saúde e educação pois até o momento da publicação em que esta pesquisa se insere foram divulgados resultados somente acerca destes dois temas. A comparação entre os resultados de 2005 e 2009 mostra as seguintes situações:

I) Quase todas (95%) as crianças de zero a um ano de idade das famílias beneficiárias ou não beneficiárias foram amamentadas até 2009 e crianças beneficiárias do PBF receberam o leite materno como único alimento até os seis meses de vida em proporção maior do que aquelas de famílias não beneficiárias (61% contra 53%).

II) Quanto aos dados antropométricos, a relação entre altura e idade melhorou entre crianças de até cinco anos de idade tanto de famílias beneficiárias quanto entre aquelas não beneficiárias.

III) A cobertura vacinal melhorou, mas as famílias beneficiárias apresentaram melhores índices de vacinação do que aquelas não beneficiárias.

IV) A frequência escolar é alta na proporção de crianças de 8 a 13 anos de idade tanto as pertencentes às famílias beneficiárias quanto as de famílias não beneficiárias.

Para identificar as mudanças atribuídas ao Programa Bolsa Família é necessário verificar os resultados que se referem ao impacto do programa - referentes exclusivamente à participação no PBF e ao cumprimento das condicionalidades nas áreas de saúde e educação. Os quais são:

I) No que se refere às gestações, houve menor quantidade de partos prematuros entre as famílias beneficiárias. Ou seja, a quantidade de crianças nascidas após um período de gestação entre 37 e 41 semanas (não prematuras), foi 7,9 pontos percentuais maior nas famílias beneficiárias, em comparação com as famílias não beneficiárias.

II) A proporção de crianças beneficiárias consideradas nutridas foi, por sua vez, 29,8 pontos percentuais mais alta em comparação com crianças não beneficiárias, considerando-se o Índice de Massa Corporal (IMC), que estabelece uma relação entre o peso e a altura das crianças.

III) A frequência escolar de crianças de 6 a 17 anos de idade das famílias beneficiárias foi de 4,1 pontos percentuais maior em comparação com a frequência escolar das crianças das famílias não beneficiárias. O impacto é maior entre as meninas de 15 e 17 anos, quando a diferença chega a 8,4 pontos percentuais no que se refere à frequência e 10,5 pontos percentuais, no que diz respeito à progressão escolar.

Quadro 8 - Sistematização da pesquisa de avaliação, o caso da Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família: Segunda Rodada (AIBF II)

pesquisa	Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família: Segunda Rodada (AIBF II).
objetivo	Avaliar o impacto do Programa Bolsa Família sobre a melhoria do bem-estar das famílias beneficiárias do programa.
objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar o impacto do PBF sobre as variáveis: i) gastos com alimentação; ii) diversificação dos itens de alimentação consumidos; iii) medidas antropométricas de crianças com menos de sete anos de idade e iv) gastos com educação, saúde, vestuário, dentre outros itens de gastos da família. • Comparar os resultados obtidos na segunda rodada (2009) com os resultados observados na rodada base (2005), destacando-se os impactos de curto prazo (rodada base) e os impactos de médio prazo (segunda rodada).
abordagem	Qualitativa
técnicas de pesquisa	Pesquisa amostral com entrevistas
amostra	Em 2005: 15.426 famílias Em 2009: 11.433 famílias

Fonte: elaboração própria com base nas informações dos Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate – Síntese das Pesquisas de Avaliação de Programas Sociais do MDS 2011-2014 (número 16) e Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate a fome

PESQUISA 8: PESQUISA DE AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS TITULADAS

- **OBJETIVO:** Avaliar o perfil nutricional de crianças menores de cinco anos de idade pertencentes a famílias de comunidades remanescentes de quilombos em 14 estados brasileiros. A pesquisa pretendeu, também, avaliar o acesso aos serviços, benefícios e programas governamentais pelas famílias e avaliar o perfil socioeconômico das comunidades remanescentes de quilombos que vivem em territórios titulados emitidos entre 1995 e 2009 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou por órgãos oficiais estaduais de regularização fundiária.

- **MÉTODO:** Quantitativo. Primeiramente, foram realizadas oficinas regionais nas cidades de Brasília, São Luiz, Belém e Santarém para apresentação da pesquisa às lideranças quilombolas para obtenção do consentimento prévio desses representantes. Houve discussão sobre os métodos de utilização e a importância dos resultados para as políticas sociais dirigidas aos quilombolas.

O público-alvo da pesquisa compreendeu o conjunto de crianças menores de cinco anos de idade, as famílias e lideranças comunitárias de 97 territórios titulados em 55 municípios, sendo assim, foram pesquisadas 169 comunidades quilombolas e 161 lideranças comunitárias entrevistadas. A coleta de dados foi de tipo censitária através de questionário estruturado, elaborado e pré-testado pelo Departamento de Avaliação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação-DS/SAGI, assim como também foram coletados dados antropométricos de todas as crianças menores de cinco anos de idade. Lideranças comunitárias também responderam questões específicas sobre suas comunidades e territórios.

- **PRINCIPAIS RESULTADOS:** Os resultados compreendem a três aspectos: comunidades, domicílios e crianças.

I) Comunidades: lideranças relataram que a titulação teve efeitos positivos sobre o fortalecimento da identidade negra e quilombola e na mobilização e participação política comunitária. Porém, no que diz respeito às políticas de proteção social ainda há necessidade de avançar nas suas abrangências. Como ocorre com os Centros de Referência da Assistência Social Quilombola, pois somente foi encontrado em uma (01) das comunidades do universo pesquisado. O atendimento básico em saúde, sua cobertura mínima e inicial, não ocorreu em 15% das comunidades pesquisadas, somente em 28,6% comunidades ocorreram ações de equipes da estratégia de saúde da família e em somente 14,7% haviam unidades básicas de saúde. No que diz respeito à educação, ainda faltavam escolas primárias em quase 20% das comunidades pesquisadas, já as escolas secundárias estão presentes em 9,2%. Em relação à infraestrutura de água e esgoto, mais de 60% das lideranças apontaram que não ocorreram alterações positivas após a titulação do território, pois somente em 5% das comunidades pesquisadas havia esgotamento sanitário e em quase 48% das comunidades não havia abastecimento de água. No que se refere à produção agrícola coletiva, somente 14,9% das lideranças entrevistadas indicaram existência desta atividade, a qual é destinada mais para o autoconsumo do que para o mercado externo.

II) Domicílios: quanto à localização dos domicílios, 53,8% dos domicílios das comunidades quilombolas em territórios titulados estavam localizados na região Norte, 30,5% no Nordeste, 11,7% no Centro-Oeste, 3,8% no Sudeste e 0,3% no Sul do Brasil. Seis em cada dez domicílios eram chefiados por homens relativamente jovens, com idade média de 45,1 anos, com baixa escolaridade.

Metade dos domicílios possuía até quatro pessoas residindo, incluindo o chefe. Nas regiões Sul e Centro-Oeste, a metade tinha até três pessoas residindo. Esta informação indica que, em termos gerais, os domicílios eram formados pelo chefe, pelo cônjuge e por mais dois filhos ou agregados. Os filhos residentes nos domicílios possuíam em média 12,4 anos de idade e em quase dois terços dos domicílios (62,6%) não existiam crianças menores de cinco anos. Nada menos que 45% dos domicílios das comunidades quilombolas pesquisados possuíam menos de R\$ 70,00 de renda domiciliar per capita já incluindo os valores transferidos pelo Programa Bolsa Família (PBF). Na faixa de renda que vai de R\$ 70,00 a R\$ 140,00 estavam 17,9% dos domicílios. Em média, a renda mensal domiciliar per capita dos quilombolas era de R\$ 160,73. A região Norte apresentava a menor renda mensal domiciliar per capita entre as regiões: R\$ 140,72.

III) Crianças: em relação à desnutrição por déficit estatural houve prevalência global de 18,7% no conjunto das crianças com até cinco anos de idade, assim como houve associação significativa dessa desnutrição com o peso ao nascer, pois nas crianças que nasceram com extremo baixo peso (< 1,5 kg), a prevalência foi de 33,3% e 50,0% para as crianças do sexo feminino e masculino, respectivamente. Houve também associação significativa com a realização de pré-natal, o qual está associado a uma menor prevalência de déficit estatural e a educação da mãe se mostrou um potente fator protetor para o déficit estatural.

Em relação à desnutrição por déficit de Índice de Massa Corporal para idade a prevalência só foi importante nas comunidades dos estados de Pernambuco (5,8%) e Piauí (6,5%). Houve associação com a idade das crianças sendo que as de até seis meses de idade tinham prevalência quatro vezes maior de desnutrição (5,1%) do que aquelas que estavam no quinto ano de vida (1,2%).

Em relação ao sobrepeso e obesidade, avaliado pelo Índice de Massa Corporal para idade, as prevalências de risco de sobrepeso e obesidade (17,8%, 4,1% e 1,3%, respectivamente) já se apresentam em níveis preocupantes. Houve associação com o estado nutricional das mães pois as crianças cujas mães eram obesas tiveram prevalência de obesidade 2,3 vezes maior (3,0%) do que as crianças cujas mães tinham estado nutricional adequado (1,3%) e excesso de peso foi encontrado em crianças de domicílios de todas as categorias de vulnerabilidade ou renda domiciliar mensal per capita.

Quadro 9 - Sistematização da pesquisa de avaliação, o caso da Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas Tituladas

pesquisa	Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas Tituladas
objetivo	Avaliar o perfil nutricional de crianças menores de cinco anos de idade pertencentes a famílias de comunidades remanescentes de quilombos em 14 estados brasileiros.
objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar o acesso aos serviços, benefícios e programas governamentais pelas famílias. • Avaliar o perfil socioeconômico das comunidades remanescentes de quilombos que vivem em territórios titulados emitidos entre 1995 e 2009.
abordagem	Quantitativa
técnicas de pesquisa	Multimétodo: oficinas e questionário estruturado.
amostra	Em 169 comunidades quilombolas foram 161 lideranças comunitárias entrevistadas

Fonte: elaboração própria com base nas informações no Sumário Executivo - Pesquisa de Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas Tituladas.



NESTA AULA VOCÊ APRENDEU QUE

- ✓ Existem um conjunto de técnicas de análise de dados de natureza quantitativa e qualitativa;
- ✓ Um relatório final é composto por seis partes: sumário executivo, introdução, desenvolvimentos, conclusões, anexos e referências bibliográficas;
- ✓ A disseminação de resultados pode ser feita pela internet ou em seminários sobre o tema;
- ✓ A SAGI dissemina seus resultados em forma de sumários executivos, fichas técnicas, microdados e publicações.

REFERÊNCIAS

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Avaliação de Políticas Públicas: Reflexões Acadêmicas Sobre o Desenvolvimento Social e o Combate à Fome Vol. 1: Introdução e Temas Transversais.** Brasília: MDS - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Cadernos de Estudos: Desenvolvimento Social em Debate.** Brasília, n. 16, 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Ministério do Desenvolvimento Social.** Brasil, 2010. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/>. Acesso em 20 de janeiro de 2012.

PAES-SOUSA, Rômulo; VAITSMAN, Jeni (Orgs). **Síntese das Pesquisas de Avaliação de Programas Sociais do MDS 2004-2006.** Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. Brasília, n. 5, 2007.

TAPAJÓS, Luziele; QUIROGA, Júnia. **Síntese das Pesquisas de Avaliação de Programas Sociais do MDS 2006-2010.** Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. Brasília, n. 13, 2010.

